

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLAUDIA GIULIA CANTELE SILVA

**QUEM SÃO E PARA QUEM GOVERNAM OS DONOS DO PODER NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DA OBRA DE RAYMUNDO FAORO**

CURITIBA

2016

CLAUDIA GIULIA CANTELE SILVA

**QUEM SÃO E PARA QUEM GOVERNAM OS DONOS DO PODER NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DA OBRA DE RAYMUNDO FAORO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Igor Zanoni C. Carneiro Leão

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

CLAUDIA GIULIA CANTELE SILVA

QUEM SÃO E PARA QUEM GOVERNAM OS DONOS DO PODER NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DA OBRA DE RAYMUNDO FAORO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Igor Zanoni C. Carneiro Leão
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof^a. Dra. Carolina Bagattolli
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof^a. Dra. Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 07 de dezembro de 2016.

Dedico este trabalho ao
conhecimento e a todos que me
proporcionaram adquiri-lo ao longo de
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Tive a honra de ser acompanhada, ao longo da vida, por algumas das mais incríveis pessoas desse mundo. Agradeço a cada uma delas pela pequena parcela de si que deixaram em mim.

À minha mãe e melhor amiga, Idilene Raquel Cantele, pela ternura e carinho com que construiu meu caráter.

Ao grande amor da minha vida, Marcela Galante Angelotto, pela compreensão nos momentos de tensão, pelo amor incondicional, pelos cuidados, pelo companheirismo, por me fazer acreditar em mim e por me tornar plena.

Às grandes amizades que conquistei nesses anos de graduação, em especial à Vitória Benaci Irusta, que me compreende como ninguém jamais o fez e que me incentivou a seguir em frente todos esses anos. À Bárbara Pires Santos, pelos sorrisos e pelo conforto que me trouxe em tempos de crise. Ao Jorge Bitencourt Rejaili, pela parceria, pela doçura e por ser o homem mais incrível que eu conheço.

Agradeço, ainda, ao meu mestre e orientador Igor Zanoni Constant Carneiro Leão, pela delicadeza e afeto com que me ajudou a conduzir este trabalho, pela brilhanteza de suas críticas e pela serenidade que me traz com sua presença.

Por fim, agradeço a mim mesma, por todos os erros e acertos que cometi e que me tornaram uma pessoa melhor.

A classe mais numerosa, a que pertence quase todo o gênero humano, é aquela em que os homens, atentos unicamente a seus interesses, nunca lançaram os seus olhares sobre o interesse geral. Concentrados, por assim dizer, em seu bem-estar, esses homens dão o nome de honestas apenas às ações que lhes são pessoalmente úteis.

(HELVÉTIUS, 1973, p. 204)

RESUMO

O Brasil tem enfrentado, nos últimos anos, alguns dos mais controversos momentos políticos já observados em sua história. Em tempos como esses, estudiosos de diversas áreas procuram fazer convergir suas análises conjunturais, em busca de uma compreensão metódica dos mecanismos de funcionamento e perpetuação de conflitos políticos em terreno tupiniquim. Não se poderia, contudo, deixar de lado o estudo de grandes nomes do pensamento brasileiro, que, originalmente, iluminaram esta sociedade com suas autênticas produções literárias. Dentre eles, Raymundo Faoro desponta em uma aventura que transcorre mais de sete séculos, buscando, da formação da Península Ibérica à emergência da República, as mais primitivas origens do patronato político brasileiro. Em *Os Donos do Poder*, Faoro reconhece, a cada ciclo, as novas formas com que se organizavam os velhos donos do poder: uma elite – o estamento burocrático patrimonial - centralizada no governo, que comanda e dirige para si, mantendo, assim, uma lacuna entre Estado e nação que se mantém até os dias mais recentes. Nesta extensa empreitada, o autor revela a forma com que, nos mais de 500 anos passados, o Brasil, insistentemente, resiste agrilhoado aos moldes políticos excludentes, permanecendo em eterno estado de dicotomia entre povo e governo, atado às mesmas lutas de poder desde seus dias mais remotos. O presente trabalho busca, nesse sentido, discutir os principais pontos acerca da formação econômica do Brasil à luz de *Os Donos do Poder*, partindo do esclarecimento dos principais conceitos utilizados pelo autor em sua abordagem e, posteriormente, relacionando-os à história brasileira em uma breve releitura da obra. A partir disto, serão estabelecidas relações entre sua interpretação e algumas outras relevantes leituras do pensamento brasileiro, que se debruçaram tanto sobre sua sociedade quanto, especificamente, sobre sua obra, de modo a identificar os principais debates que, até hoje, permeiam a produção acadêmica sobre a formação política, econômica e social da pátria brasileira.

Palavras-chave: Raymundo Faoro. Estamento burocrático. Patrimonialismo.

ABSTRACT

Brazil has faced, through the last few years, some of the most controversial political moments ever observed in its history. At times like these, scholars from several different areas seek to converge their conjunctural analyses, in order to methodically comprehend the operation and perpetuation of mechanisms of political conflicts in the *tupiniquim* territory. Nevertheless, one could not set aside studies of the greatest names of Brazilian thought which, originally, illuminated this society with their authentic literary productions. Among them, Raymundo Faoro emerges on an adventure which runs over seven centuries, searching, from the formation of the Iberian Peninsula to the rise of the Republic, the most primitive origins of the Brazilian political patronage. In *Os Donos do Poder*, Faoro recognizes, at each cycle, the new forms in which the old owners of power organized themselves: an elite – the "estamento burocrático patrimonial" – centralized at the government, which commands and runs to itself, maintaining thereby a gap between State and nation which persists until recent days. In this great endeavor, the author reveals the way in which, over the past 500 years, Brazil insistently keeps tied in to excluding political molds, remaining in an eternal dichotomy between the people and the government, attached to the same power struggles since its most remote days. In this sense, the present work intends to discuss the main events of the economic formation of Brazil to the light of *Os Donos do Poder*, starting from the enlightenment of the main concepts used by the author in his approach and, posteriorly, relating them to the Brazilian history in a brief reexamination of his work. Then, relations will be established between his interpretation and some other relevant readings on Brazilian thought, which explored the Brazilian society as much as they explored Faoro's work, in order to identify the leading debates which, until this day, permeate the academic production on the political, economic and social formation of Brazil.

Key-words: Raymundo Faoro. Estamento burocrático. Patrimonialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - FORMAS HISTÓRICAS DE ESTADO E DE ADMINISTRAÇÃO.....	19
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A ORIGEM DA ESTRUTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA EM RAYMUNDO FAORO	15
2.1	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA OBRA OS DONOS DO PODER.....	15
2.2	ANÁLISE HISTÓRICA BRASILEIRA: DA ORIGEM DO ESTADO PORTUGUÊS À REVOLUÇÃO DE 1930	20
2.2.1	As bases da colonização brasileira.....	20
2.2.2	A centralização do poder no Governo-Geral	23
2.2.3	Os embriões do liberalismo	25
2.2.4	Os caminhos da independência	29
2.2.5	As diretrizes republicanas.....	31
2.2.6	A República Velha e a nova ordem política	34
3	UM DEBATE ENTRE RAYMUNDO FAORO E ALGUNS AUTORES DO PENSAMENTO BRASILEIRO	42
3.1	ESTAMENTO PATRIMONIAL E INSTITUIÇÕES NA FORMAÇÃO DO BRASIL	42
3.2	LIBERALISMO POLÍTICO E LIBERALISMO ECONÔMICO	45
3.3	DEMOCRACIA E CENTRALIZAÇÃO DE PODER	47
4	CRÍTICAS E ATUALIDADE DA OBRA OS DONOS DO PODER	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o desenrolar da história brasileira desde seus embriões, sob os mais diversos prismas, notoriamente remete a alguns autores de grande expressividade acadêmica. Dentre eles, destaca-se o jurista e historiador Raymundo Faoro que, ao longo de sua vida, pôde contribuir com algumas das obras de maior destaque crítico do pensamento brasileiro. Em 1958, Faoro publica a primeira edição de *Os Donos do Poder*, na qual aponta, de modo original, a origem patrimonialista do Estado brasileiro, remetendo-a ao surgimento do Reino de Portugal e às bases sobre as quais se operou a empreitada colonial. Assim, esta pesquisa busca identificar, através de uma análise crítica da obra, os principais pontos destacados pelo autor em seu raciocínio sobre a formação sociopolítica brasileira, onde resgata conceitos atrelados às noções weberianas de patrimonialismo, estamento e burocracia, que serão, ulteriormente, esclarecidos.

A autenticidade desta pesquisa, contudo, sustenta-se na contraposição de Faoro com alguns de seus principais críticos, na tentativa de fundamentar, com maior propriedade, sua interpretação sobre o Brasil de diversos ângulos teóricos. Há um intenso debate, no que concerne à ideologia faoriana, justamente sobre sua apropriação dos termos weberianos, e muito se produziu, na literatura brasileira, em busca de contextualizar Faoro sob a ótica da discussão de Weber. Nesse sentido, este trabalho tem o intento de diagnosticar as razões pelas quais surgiram tais certames, e, utilizando-se dos instrumentos da pesquisa bibliográfica, procura estabelecer relações afins e contrárias ao pensamento faoriano e à sua controversa associação às concepções weberianas.

Assim, a finalidade deste projeto fundamenta-se em um exame metódico da obra *Os Donos do Poder*. O ponto de partida, para tanto, será o esclarecimento de seus conceitos básicos – o estamento, o patrimonialismo e a burocracia, primordialmente – à luz do próprio autor e de alguns outros escritos, que surgiram com esse mesmo intuito. A plena compreensão desses conceitos, quando concebidos circunstancialmente na análise faoriana, é indispensável para clarear a leitura da obra. Assim, a conceitualização é seguida de uma resenha crítica do exemplar, com foco nos principais elementos explorados pelo autor, que visam perceber como a centralidade do poder, ao longo da história brasileira, flexibilizou seus valores sociopolíticos em favor de um pequeno grupo dirigente da nação.

Posteriormente, um breve levantamento de autores comentaristas de Faoro procura determinar os principais pontos de controvérsia de sua interpretação, em um formato de debate dialético que permite, ao leitor, a exploração dos diversos ângulos sob os quais se examinou *Os Donos do Poder* desde sua primeira edição. Por fim, são determinadas as principais relações entre a obra e estas análises críticas, e a pesquisa é concluída com um sucinto capítulo que trata de críticas e deduções próprias, bem como da justificação da atualidade de Raymundo Faoro na compreensão do Brasil contemporâneo.

2 A ORIGEM DA ESTRUTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA EM RAYMUNDO FAORO

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA OBRA *OS DONOS DO PODER*

A historiografia que trata da formação político-econômica brasileira tem, em sua contribuição, a presença de alguns dos maiores intelectos brasileiros. Dentre eles, um jurista gaúcho, Raymundo Faoro, contribuiu com algumas das análises mais imprescindíveis à compreensão da política, economia e sociedade brasileira, varrendo sua história desde muito antes da chegada das naus portuguesas. Destaca-se, entre suas grandes obras, *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, criada em 1957 e editada em 1958, como ponto de partida para uma profunda análise das matrizes institucionais vigentes no Brasil. Não se trata, contudo, de um texto fechado à discussão acadêmica, mas sim uma obra de reflexão, que tem por objetivo investigar, nas mais diversas estruturas da sociedade, os moldes de funcionamento do patronato político que, até os dias atuais, comanda o país.

Para tanto, Faoro parte em uma extensa - mas entusiástica - abordagem histórico-descritiva, buscando nas origens do reino português as motivações e o genuíno sentido da colonização. É necessário que se compreenda, sob esse aspecto, a forma de interpretação histórica utilizada por Faoro, tanto por sua originalidade quanto por sua dimensão analítica. Fábio Konder Comparato, tratando dessa perspectiva, discute a existência de duas grandes subdivisões da historiografia: a conjuntural, que analisa, primordialmente, o curto prazo, e a estrutural, que foca no longo prazo (COMPARATO, 2003). Para Comparato, Faoro enquadra-se na categoria de pensadores que busca explicar a história estruturalmente, explorando o longo prazo de modo a desvendar as estruturas que moldam a sociedade ao longo do tempo. Diferencia-se, contudo, da interpretação de algumas vertentes marxistas, principalmente a ortodoxa ou stalinista, pois, ao contrário dessas, sua análise parte da superestrutura, ou seja, do Estado e de seus efeitos sobre as diferentes configurações da sociedade. Essa diferenciação foi uma das principais razões de tamanho impacto que *Os Donos do Poder* teve sobre a compreensão da formação política brasileira, demonstrando que o feudalismo, ao

contrário da interpretação desses marxistas, não teria posição obrigatória na formação de uma nação e de suas estruturas de dominação interna.

Segundo Simon Schwartzman, Faoro colocou em xeque a interpretação marxista, em suas vertentes ortodoxas e stalinistas, de que o Brasil apresentava, em suas origens, características de uma sociedade semifeudal, ainda incompleta por não ser capaz de erigir, em seu âmago, uma burguesia nacional que pudesse desenvolver o país economicamente – característica que culminaria, eventualmente, no nascimento do socialismo (SCHWARTZMAN, 2003). Sua contraposição se deu com a conclusão de que o Brasil, pelo contrário, jamais teve um passado feudal, ou semifeudal, com o predomínio do campo sobre a cidade. Para Faoro, o que se observou ao longo da história brasileira foi a predominância da força do poder central, compreendido o anêmico fortalecimento do poder local apenas como uma consequência pura e natural do isolamento geográfico, gerador de pequenos núcleos de autoridade social, mas nunca jurídica, sem que o governo central permitisse o nascimento de focos autonomistas (*idem*).

A partir desse resgate, Faoro passa a analisar o Brasil sob diversos ângulos, do Mestre de Avis a Getúlio Vargas, mas sempre ressaltando as perigosas heranças deixadas por um passado de infindáveis disputas por poder. Esse recuo histórico, executado de modo muito original, é notadamente influenciado por autores caros a Faoro, que propuseram relevantes análises de seus contextos e inspiraram algumas das metodologias analíticas utilizadas pelo autor. Dentro dessa lógica, torna-se necessário que, anterior à expressa análise textual da obra, sejam examinados alguns dos principais conceitos que permeiam sua marcada escrita estilística. Alguns desses conceitos foram, mesmo que não intencionalmente, resgatados de concepções de Max Weber sobre Ciência Política, sendo o principal o *estamento-patrimonial*, aplicado de maneira autêntica na compreensão da realidade brasileira. Esse conceito foi exaustivamente debatido na academia, e muito se produziu na intenção de compreendê-lo em sua plenitude.

No cerne da obra de Faoro encontra-se a percepção de que a ação efetiva do Estado – nos moldes de um capitalismo politicamente orientado – definiu uma singular estrutura institucional, fortalecedora de um modelo de domínio preestabelecido e responsável pela perpetuação de um padrão de práticas econômicas, sociais e políticas articuladas entre esse *estamento-patrimonial* e a sociedade. A definição de estamento no pensamento weberiano, ao contrário de sua

significação etimológica¹, tem significado muito mais etéreo. Trata-se, segundo Comparato, de

(...) uma situação de privilegiada estima ou consideração social, da qual gozam certos grupos de pessoas, ainda que essa posição não seja juridicamente reconhecida. Tal situação pode ocorrer, segundo ele, tanto no tipo de senhorio político tradicional (*traditionelle Herrschaft*), como no tipo moderno, por ele denominado “poderio legal com quadro administrativo burocrático” (*legale Herrschaft mit bürokratischem Verwaltungsstab*). (2003, p. 332)

Configura-se, assim, em um estrato da sociedade que goza de privilégios do Estado, de um estilo de vida comum e de um prestígio compartilhado, formando uma classe de dirigentes e detentores do poder político, econômico e social, que conduz, comanda e controla os negócios públicos como se fossem seus próprios negócios. Esta camada constitui-se de “instituições privadas, grupos econômicos, políticos, aliados ou legitimados pelo Estado e suas tradições” (LEITE, 1970, p. 42). Faoro detalha:

Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou patrimonial. Não obstante, na sociedade capitalista, os estamentos permanecem, residualmente, em virtude de certa distinção mundial, sobretudo nas nações não integralmente assimiladas ao processo de vanguarda (...). O estamento supõe distância social e se esforça pela conquista de vantagens materiais e espirituais exclusivas. As convenções, e não a ordem legal, determinam as sanções para a desqualificação estamental, bem como asseguram privilégios materiais e de maneiras. O fechamento da comunidade leva à apropriação de oportunidades econômicas, que desembocam, no ponto extremo, nos monopólios de atividades lucrativas e de cargos públicos. Com isso, as convenções, os estilos de vida incidem sobre o mercado, impedindo-o de expandir sua plena virtualidade de negar distinções pessoais. Regras jurídicas, não raro, enrijecem as convenções, restringindo a economia livre, em favor de quistos de consumo qualificado, exigido pelo modo de vida. De outro lado, a estabilidade econômica favorece a sociedade de estamentos, assim como as transformações bruscas, das técnicas ou das relações de interesse, os enfraquecem. Daí que representem eles um freio conservador, preocupados em assegurar a base de seu poder. Há estamentos que se transformam em classes e classes que evoluem para o estamento – sem negar seu conteúdo diverso. Os estamentos governam, as classes negociam. (1996, vol. 1, p. 46 e 47)

Desse modo, o conceito de estamento diferencia-se do de classe: ao contrário da desta última, definida, primordialmente, pela agregação de interesses econômicos, a adesão ao estamento depende de requisitos sociais e políticos,

¹ A definição etimológica de estamento é dada como uma forma de estratificação social em camadas, mais fechadas que as classes sociais. (Nota da autora)

embora Faoro pontue que, frequentemente, há uma superposição entre os *status* econômico e social.

Essas características do estamento serão unidas ao complemento *patrimonial*, sendo esse patrimônio “formado pelo arrendamento de terras e de produtos gerados pela empresa colonial comandada pelo poder central” (DIANA, 2010, p. 1). Faoro apresenta o conceito de “patrimonial” como uma concepção avessa ao trabalho produtivo e propícia ao apego aos postos e empregos públicos, sendo a camada estamental a principal favorecida no proveito do patrimônio do Estado. Tomando parte desta estrutura, os agentes do grupo desvinculam-se de suas identidades originais para ressignificarem-se como parte do conjunto, impossibilitando a representatividade de suas origens, derrotada pela força do estamento. O patrimonialismo, portanto,

(...) explica a fundamentação do poder político, ou seja, como este se organiza e se legitima, e caracteriza-se pelo poder político organizado através do poder arbitrário/pessoal do príncipe e legitimado pela tradição. Tal legitimação pela tradição é ambivalente em relação à tendência dos dirigentes ao arbítrio pessoal. A tradição, ao mesmo tempo que a ampara, limita-a, ao reconhecer aos dominados certos direitos e imunidades sacralizados pelo tempo e costumes. (2003, p. 156)

Assim, o termo é associado ao conceito de *dominação*, dada por um tipo específico de poder, representada pela vontade do dominador, o qual exige que os dominados ajam conforme a sua vontade.

Outro termo associado ao conceito de estamento na obra de Faoro é o de *burocracia*. O autor o define como um estrato profissional da sociedade, associado ao estamento de modo a complementar seu significado, personificando a definição. Assim, Faoro retoma a expressão, ao longo da obra, dentro de diferentes contextos, representando um sistema de execução de atividades técnicas – em uma estrutura administrativa estatal – formada, no contexto da obra, por funcionários públicos com atribuições específicas no funcionamento do corpo estatal. Bresser-Pereira pontua:

A burocracia, que era um pequeno estamento situado principalmente dentro da organização do Estado, transformou-se em uma grande, senão imensa, classe profissional ou em uma tecnoburocracia, tanto pública quanto privada. Em todo este processo, porém, a alta burguesia, formada por empresários e rentistas, e a alta burocracia política, constituída de burocratas profissionais e políticos eleitos, desempenharam sempre o papel político estratégico (...). Ainda que a partir do século XX, quando a democracia tornou-se o regime político dominante e os trabalhadores e as camadas, tanto médias burguesas quanto profissionais, tenham aumentado sua influência graças ao poder do voto, os grandes empresários e a burocracia política – os primeiros como parte da classe capitalista e os segundos, da classe profissional – **foram sempre os detentores do poder**. (2007, p. 9, grifo da autora)

Essa camada burocrata, segundo Faoro, tem seu poder e prestígio essencialmente dependentes do Estado que dirigem, o que os leva, de certa forma, a compartilhar interesses comuns, para que a manutenção de seus postos se mantenha ao longo do tempo. Apesar de, frequentemente, existirem conflitos dentro da própria camada burocrática, essa característica de compartilhamento de interesses levou, em muitos momentos, à superação de eventuais disparidades ideológicas. Fica claro, dessa forma, que para Faoro a burocracia não pode ser compreendida sem a existência do Estado. Ainda se pode enriquecer o debate acerca do funcionamento da burocracia pela ótica do próprio Max Weber, que vislumbra:

Em um Estado moderno, o verdadeiro poder está necessária e inevitavelmente nas mãos da burocracia, e não se exerce por meio de discursos parlamentares nem por falas de monarcas, mas sim, mediante a condução da administração, na rotina do dia-a-dia (...). Tal como o assim chamado avanço em direção ao capitalismo tem disso o inequívoco critério para a modernização da economia, desde épocas medievais, assim também o progresso em relação ao funcionalismo burocrático (...) tem sido o igualmente inconfundível padrão para a modernização do Estado. (1997, p. 39)

Bresser-Pereira desenvolveu um quadro, em seu artigo *Burocracia Pública e Classes Dirigentes no Brasil* de 2007, para esclarecer as formas históricas do Estado e sua articulação com a burocracia ao longo do tempo:

QUADRO 1 - FORMAS HISTÓRICAS DE ESTADO E DE ADMINISTRAÇÃO

CATEGORIA	1821-1930	1930-1985	1990-...
Estado/sociedade	Patriarcal-dependente	Nacional-desenvolvimentista	Liberal-dependente
Regime político	Oligárquico	Autoritário	Democrático
Classes dirigentes	Latifundiários e burocracia patrimonial	Empresários e burocracia pública	Agentes financeiros e rentistas
Administração	Patrimonial	Burocrática	Gerencial

Fonte: Luiz Carlos Bresser-Pereira, 2007, p. 10.

O que se pode observar, pela análise de Bresser-Pereira, é uma convergência com a análise de Faoro: no período compreendido entre 1821 (início do período da regência, com a nomeação de D. Pedro I) e 1930 (revolução varguista), as classes dirigentes são formadas pelos grandes proprietários de latifúndios e a burocracia patrimonial, reunidas ao redor de Estado patriarcal – patriarcal em suas relações com a sociedade, mercantil no plano econômico – e em uma forma de administração patrimonial.

Com a compreensão desses conceitos básicos de Raymundo Faoro acerca da formação do Brasil, pode-se alcançar o objetivo primário de sua obra: distinguir, da formação do Estado português à consolidação do Estado brasileiro, de onde emana e para quem se dirige o exercício do poder, em seus mais diversos âmbitos.

2.2 ANÁLISE HISTÓRICA BRASILEIRA: DA ORIGEM DO ESTADO PORTUGUÊS À REVOLUÇÃO DE 1930

2.2.1 As bases da colonização brasileira

A história brasileira mistura-se à história portuguesa. Para compreender as bases do funcionamento social, político e econômico brasileiro, é necessário conhecer o período que precede a colonização. Raymundo Faoro, em sua obra intitulada “Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro”, interpreta a formação do Estado brasileiro de modo original, retomando, de diversos pontos de vista, sua construção a partir da colonização portuguesa e suas principais características. Dessa forma, o autor busca determinar como a constituição de uma estrutura de dominação patrimonial portuguesa, expressa pela existência de um “estamento burocrático”, transpôs-se para o território brasileiro, lançadas, aí, as bases para o “capitalismo de Estado, politicamente condicionado” (AREND, 2008, p. 661).

O reino de Portugal, nascido no berço da Reconquista da Península Ibérica, tem sua história marcada pelo absolutismo e funcionalismo, vinculados à uma instituição que se perpetua e se reconfigura ao longo da história portuguesa – o estamento burocrático patrimonialista. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca (2009), em sua análise da obra de Faoro, o termo

(...) é associado a patrimonialismo, privilégios extra-econômicos e, por outro lado, ao desenvolvimento das estruturas institucionais e políticas centralizadas e não racionais, com destaque especial para uma constante adaptação aos mecanismos de continuidade e permanência nas estruturas políticas de uma sociedade” (p. 56)

Assim, a interpretação de Fonseca deixa clara a funcionalidade do estamento como regulador e perpetuador das estruturas políticas de uma sociedade. A função do estamento é governar – esse é seu “trabalho” e o Estado é seu negócio. Ao redor do Estado português, esse aparelhamento político elitizado comanda e governa junto ao rei em nome próprio. Dessa estrutura jurídico-institucional

configura-se o conceito de “patrimonialismo”, também ricamente utilizado na obra de Faoro, entendido como “uma ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário (...)” (FAORO, 1996, vol. 1, p. 18). Faoro defende que, além de determinar a estrutura do poder político, o patrimonialismo deriva de “um sistema de dominação que autorreforça a consolidação e a continuidade da estrutura estamental na sociedade” (FONSECA, 2009, p. 59). O patrimônio do Estado se confunde com o do rei e do grupo estamental que comanda junto a ele. Esse grupo é responsável pela fiscalização das relações de comércio, e sua existência impede a autonomia do mercado, não permitindo mesmo a estruturação de uma ideologia plenamente mercantilista, deixada ao empreendimento individual a disposição para o desenvolvimento do mercado. Faoro enfatiza que a própria existência de monopólios e concessões reais é incompatível com o capitalismo de livre concorrência.

Por esse motivo, observa-se que a estrutura política portuguesa determina as grandes navegações como empresa do Estado monárquico absolutista, que se fecha sobre si e comanda a expansão do mundo. Com a Revolução de 1383-1385², tem início a Dinastia de Avis, com a primeira eleição em assembleia do Rei D. João I, meio-irmão do último rei da Dinastia Afonsina, D. Fernando I (COELHO, 1965), que parecia atingir seu auge com a aliança entre a burguesia política e a burguesia mercantil, e, conseqüentemente, com a emancipação política e econômica do comércio. O tradicionalismo, contudo, manteve a burguesia comercial atada aos mandos do Rei, sufocada pelo conservadorismo ideológico do estamento.

Desse modo, o capitalismo comercial, politicamente orientado, cria seus moldes compatíveis com a organização política estamental-patrimonialista e burocrática, que ajusta a si o direito e a economia, e os aplica, mais tarde, à colônia brasileira. Para legitimar a expansão marítima, a tradição patrimonialista distingue a propriedade do ofício de reger. O Rei é tanto Regente quanto Senhor – detém a jurisdição sobre todos os que habitam o reino, onde exerce seu título de Regente; nos mares e nas terras fora do reino, intitula-se Senhor. Esse título lhe dá o direito de assenhorear-se das terras e dos mares distantes, concedendo salvo-conduto aos

² A Revolução de 1383-1385 configurou-se em uma disputa entre os reinos de Portugal e Castela pelo trono do Reino de Portugal, e esse período de interregno foi marcado por diversos conflitos que culminariam no início da Dinastia de Avis. (FAORO, 1996)

capitães reinóis para navegar nesses mares. Também o dá a legitimidade no estabelecimento de fortalezas e no domínio do comércio no ultramar.

Há, contudo, uma forte característica do Estado português que será grande perpetuadora da estratificação social que se transplanta no território brasileiro nas mais diversas esferas: a existência de uma lacuna insuperável entre Estado e nação, governo e povo, que, cindidos, marcham em caminhos distintos. A ascensão do estamento, em essência, se alicerça na desigualdade – fazer parte dele depende de características que se cunham na personalidade, personificando-lhe a identidade.

O que se nota é, então, que o poder adquire um conteúdo aristocrático, formando as bases do perene patronato político português e, por consequência, brasileiro, sempre apartado da nação, donde não emana qualquer poder jurídico. Sob as rédeas do Estado monárquico, esta camada dirigente se lança no ultramar não para o estudo do gentio ou propagação da religião, mas na busca pelo ouro e prata. Contudo, nada disto transparece na paisagem edênica traçada por Pero Vaz de Caminha. Na ótica de Faoro, o descobrimento das terras brasileiras se converte no alvo das esperanças portuguesas – o período de 1500 a 1600 marca uma “revolução biológica”, quando a população dobra seu tamanho e cria, subitamente, um agravamento dos problemas sociais na Europa Ocidental (FAORO, 1996).

Com isto, a empresa colonizadora, representada em sua forma inicial pelas capitanias e cuja envergadura é de nítido cunho capitalista, consolida-se como concessão real – o rei permaneceria vigilante, com um corpo estatal a seu dispor, que, em um primeiro momento, utiliza-se das capitanias para defesa do território conquistado. O povoamento, então, surge desse intuito, e apenas desse. O verdadeiro “sentido” da colonização, segundo Faoro, é justamente torna-la uma “(...) empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (idem, vol. 1, p. 115).

Assim, o povoamento torna-se peça auxiliar da conquista, com sua mistura de raças hierarquizada pela escravidão e o nexos mercantil. Comércio, negócios, burocratas, ligados a uma nobreza metropolitana e a uma determinada ordem política, administrativa e jurídica, conduzem a conquista econômica. Esta é a camada estamental burocrática que dará início à colonização brasileira, com substancial composição de burocratas, militares, letrados, guerreiros e pessoas ligadas ao trono. Para que se tornasse viável o empreendimento, foi necessária uma

reforma financeira, dada a carência de recursos do reino – cada feitoria converteu-se, então, em uma unidade de distribuição de terras, de recolhimento de tributos e de poder administrativo nas terras conquistadas. Os exploradores aventuram-se à base de privilégios e concessões, tornando-se plausível a iniciativa particular na medida em que o poder público se abstém, sem negar-lhe a vigilância e o controle (idem).

As sesmarias, meios jurídicos para ligar à terra a capacidade de cultivo, consagram a grande extensão territorial, ao lado da cultura do açúcar e do gado. Assim, a colônia será composta de dois elementos centrais: a grande propriedade monocultora e o escravismo. Contudo, esta não se configura numa sociedade feudal, pois, segundo Simon Schwartzman, o que sempre predominou foi a força do poder central - o fortalecimento do poder local na colônia foi fruto pura e simplesmente do isolamento geográfico e da extensão costeira, que tornaram possível o nascimento de núcleos de autoridade estritamente social, sem que a Coroa permitisse a consolidação colonial da autonomia política (SCHWARTZMAN, 2003). Segundo Faoro, “não havia, no sistema brasileiro, nem o feudo nem o vínculo de vassalagem, triturados ambos pela economia mercantil” (1996, vol. 1, p. 131). A busca, pelos colonos, de independência pessoal é tomada como ato de lesa-majestade, e leva à centralização do comando da economia e da administração da colônia no estamento português através do Governo-Geral.

2.2.2 A centralização do poder no Governo-Geral

A retomada da independência portuguesa do governo espanhol, com a Guerra da Restauração de 1640, consolidada pelo Tratado de Lisboa, reforça, na colônia, o poder do fidalgo que vive dos negócios, e do comerciante alimentado pelas concessões e arrendamentos estatais. Contudo, a queda do preço do açúcar, devida à concorrência antilhana, reduz significativamente os lucros dos exportadores e, nesse contexto, organizam-se as Companhias de Comércio, com administração primordialmente independente, mas com parte do capital advinda do Estado. As companhias destinavam-se a fomentar o comércio português, estimulando a recuperação do cultivo do açúcar e fornecendo, por meio exclusivo, a mão de obra escrava ao nordeste brasileiro (CARREIRA, 1982). A ascensão social que deriva

desta empreitada acaba por afidalgar o comerciante e o proprietário de terras, introduzindo-os ao estamento. Há uma mudança no sentido da propriedade territorial, que se aparta da concessão administrativa para assumir um caráter de expressão de domínio, funcionando como um título de afidalgamento (FAORO, 1996). Assim, a economia permanece obedecendo à regência maternal do soberano e do círculo patrimonialista, com as quais se expandiu e consolidou o capitalismo monárquico.

O século XVII é marcado pelos ímpetos do bandeirismo, adentrando os sertões em busca de metais preciosos. Surge, nesse contexto, “(...) o perfil de uma nova camada social, os *conquistadores* (...)” (idem, vol. 1, p. 155), numa obra oficialmente orientada para transposição dos limites litorâneos, contando com uma estrutura militar já vigorosa na colônia. Tem início, já no fim do século, o ciclo do ouro, que combina ordens do absolutismo e da centralização do Portugal restaurado. Esta obra real dismantela as autoridades locais, vinculadas à população colonial. Mais uma vez, a lacuna entre Estado e nação se alarga, extinguindo a existência de qualquer comunicação entre o governo e a população. Esta é uma característica que, segundo Faoro, perpetua-se por quatro séculos de Brasil, até suas mais recentes manifestações.

Os fluxos desintegradores das camadas de poder local reunidas na colônia têm sua mais notável qualificação no crescente funcionalismo público, expressão máxima da centralização metropolitana e que acentua, cada vez mais, a dissensão entre o governo e a tendência regionalista brasileira. Assim, define Faoro que

A burguesia, nesse sistema, não subjuga e aniquila a nobreza, senão que a esta se incorpora, aderindo à sua consciência social. (...) A via que atrai todas as classes e as mergulha no estamento é o cargo público, instrumento de amálgama e controle das conquistas por parte do soberano. (p. 176)

São três os principais elos da administração colonial, expressos pelo vice-rei, pelo governador-geral e pelos municípios – esses últimos, nascidos única e exclusivamente para fins de arrecadação de tributos e como unidade de defesa, em caráter subordinado, não autônomo. O colono somente passa a ser integrado ao corpo metropolitano pela via militar, através de um espraiamento da estrutura estamental para outras ordens coloniais. A nobilitação destas camadas trouxe a sobreposição do posto aristocrático às antigas prescrições, sem as quais jamais se ocuparia, anteriormente, um cargo privilegiado. Assim, “o mulato ganhava atestado

de brancura com o posto: um capitão-mor era, mas já não é mulato” (idem, vol. 1, p. 194). Esta é uma transição de grande importância no funcionamento da dinâmica colonial, onde a ordem militar passa a constituir-se como principal elemento de manutenção dos privilégios reais, garantindo a cobrança de tributos, a ordem e a disciplina.

2.2.3 Os embriões do liberalismo

A década de 1780 é marcada por uma drástica queda nas exportações de açúcar, reduzindo a fazenda aos próprios recursos, atrelada, a esta retração, a percepção pelo fazendeiro dos embargos gerados pela presença do governo na atividade econômica. A assimilação desta realidade trouxe, à colônia, os embriões do liberalismo nascente, associado ao ideário francês. Há, nesse contexto, uma ampliação das culturas de subsistência, devido à associação entre fatores econômicos e geográficos – fazendas distantes sofrem as dificuldades do transporte terrestre, resultando em um processo de “autonomismo policultor” (idem, vol. 1, p. 245).

O início do século XIX marca a transição da empresa agrícola, convertido o senhor rural de produtor, lavrador e cultivador para latifundiário e senhor de rendas. Esta modificação é reflexo da transmigração real em 1808 e da abertura dos portos, e é responsável por remodelar a dicotomia entre senhor e escravo, fazendo nascer uma nova estrutura social de dependentes em torno do latifúndio. Nos entornos do município cresce a horticultura do imigrante português, ao passo que o comércio vinculado ao estamento patrimonial perde sua absoluta supremacia, sofrendo concorrência com comerciantes ingleses que invadem, a partir de 1808, as cidades litorâneas. Ademais, cingida pela falta de mercado e de moeda e pelos altos custos de transporte, a produção manufatureira estava, cada vez mais, em um processo interno de reclusão. À empresa rural, associavam-se, nesse contexto, o “isolamento, menor dependência do exterior e confinamento às localidades do campo” (idem, vol. 1, p. 248).

O desembarque real trouxe consigo a responsabilidade da criação de um Estado e da consolidação dos fundamentos econômicos na colônia. Faoro argumenta que, nesta nova etapa,

O comércio, com a abertura dos portos, ganhou súbito incremento. A indústria tornou-se livre, revogadas as medidas colonialistas do século

XVIII. As proibições e monopólios que emperravam a produção e o sistema de trocas tendiam a desaparecer em alguns setores, a se mitigar em outros, mantidos, entretanto, numa teimosa faixa reservada à Coroa. A economia moderniza-se, sobretudo com a influência dos comerciantes ingleses, sem adotar o liberalismo pelo qual suspira, há trinta anos, o escol intelectual da colônia. (idem, vol. 1, p. 253)

A obra da Coroa, ao longo do século XIX, obedecia à necessidade de que o fim do período colonial não significasse o fim da monarquia, com o receio de que a emancipação econômica ficasse sob controle britânico. Contudo, argumenta Faoro, a permissão do ingresso da Grã-Bretanha no comércio colonial impossibilitou o controle sobre a economia, “reduzido o governo a mero cobrador de impostos” (idem). A resistência portuguesa viria na forma da criação, em 1808, do Banco do Brasil e da siderurgia nacional, além da liberalização da indústria, o desenvolvimento do transporte, a instituição do ensino superior militar e médico, etc. (FAORO, 1996). Nascia, na ex-colônia, um período de quase-nacionalismo, autorizada a substituição do ouro pelo papel emitido pelo Banco do Brasil e reestruturadas as relações financeiras decorrentes destas transformações. O nascimento da siderurgia, contudo, acaba por resultar num malogro, “com o retardamento de quase um século e meio do surgimento da indústria nacional” (idem, vol. 1, p. 255), debilitada pela concorrência inglesa.

A extinção dos tribunais revoga títulos reinóis aos burocratas, incitando a aspiração autonomista. Com esta tendência anticolonialista e emancipadora, a economia pós-abertura comercial se moderniza de forma inédita. A propensão à modernização, contudo, perpetua a estrutura dicotômica colonial, de forma que o Brasil é entendido como um arquétipo de país em que o Estado foi o criador da nação (COMPARATO, 2003, p. 333).

No período que sucede 1821, com a partida de D. João VI e a instituição das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, formuladoras das bases constituintes, a fraqueza da burocracia civil e a anemia do comércio luso faz crescer o poder da classe territorial, que se organiza, sobretudo, em São Paulo e Minas Gerais – aliada a D. Pedro, à agricultura e ao comércio britânico. As opiniões se dividem entre os liberais, inspirados em moldes revolucionários, e os tradicionais membros do estamento burocrático, defensores do absolutismo. Entre esses, a mão conciliadora de José Bonifácio de Andrada e Silva traz o centro de poder ao príncipe D. Pedro, tornado Defensor Perpétuo do Brasil em 13 de maio de 1822 (FAORO, 1996, vol. 1:279). A centralização que se segue pretende a instauração da ordem e

a prevenção de princípios revolucionários, e, nomeado imperador, D. Pedro busca o contato direto com o povo, proclamando-se inimigo do “despotismo e das arbitrariedades” (idem, vol. 1, p. 287). Cristaliza-se, neste período, uma onda ultraliberal de orientação conservadora, ligada aos sentimentos republicanos e anti-portuguesistas. O regime colonial aí não se extingue, mas se moderniza, com o permanente divórcio entre o Estado e nação.

A política de D. Pedro é incapaz, contudo, de conciliar as díspares correntes que desvirtuam a integridade nacional. A outorga da carta de 1824 concede ao imperador o papel de árbitro das disputas e dissensões, reduzida, ao máximo, sua participação em questões de caráter administrativo, – sem, com isso, deixar de dirigir, comandar e governar na monarquia constitucional – dada uma nova configuração que disfarça o cunho autoritário do governo. O velho estamento é rearticulado, de modo a expressar seu caráter liberal, de natureza absolutista. Desse modo, destaca Faoro,

A constituição não desempenha, senão remotamente, senão por tolerância ou consentimento, o papel de controle, em nome dos destinatários do poder, os cidadãos convertidos em senhores da soberania. Constituição puramente nominal, incapaz de disciplinar, coordenar, imperar, ideal teórico de uma realidade estranha à doutrina e rebelde à ideologia política importada. (idem, vol. 1, p. 291)

Assim se restringe o poder monárquico, cedendo às pressões liberais para a circunscrição do poder absoluto. Os liberais alternam sua estratégia, buscando, por meio do poder parlamentar, ascender ao comando do governo - outorgados os desejos de tomar posse direta da autoridade soberana à vertente extremista, representada pelos “exaltados” – e, desta forma, “entre as duas realidades únicas, o imperador que manda e a nação que obedece, infiltrou-se a facção liberal moderada” (idem, vol. 1, p. 296). Ainda assim, o ideário liberal não aprofunda raízes, e a escravidão e agricultura de exportação ganham espaço com nova roupagem política.

D. Pedro tem sua popularidade abatida por, segundo a opinião pública, jamais ter-se constituído integralmente brasileiro. Pensava-se que pelos seus constantes esforços em tornar forças estrangeiras parte do governo, concedendo a portugueses naturalizados os mais nobres títulos - excluindo desses postos, por vezes, brasileiros natos - o imperador vestisse, por baixo de túnicas costuradas aos moldes da independência, armaduras portuguesas. Quando a força militar se contamina, também, pelos sentimentos da nação, D. Pedro abdica do trono aos 7

dias do mês de abril de 1831, deixando a Pedro de Alcântara o trono e aos liberais o poder. Passavam, esses, de opositores a conservadores, destoantes suas ações de seus antigos brados reacionários, assumindo a tarefa de reorganizar a autoridade, subitamente dissipada com a abdicação.

A obra da regência torna-se dependente do novo centro de comando, expressa pela câmara dos deputados, suprimindo “restauradores” e combatendo “exaltados” (idem). O novo governo não teria outra saída senão retornar a uma monarquia reformulada, encerrada às estruturas que ela mesma criara. A autonomia local, almejada pelos braços liberais, é debilmente consagrada pela criação do Código de Processo Penal, em 1832, e pelo Ato Adicional, de 1834 (idem), que concedem à organização municipal e provincial a capacidade de exercício de encargos judiciais e policiais. Na prática, contudo, o município apresenta-se como elemento coadjuvante no cenário político central. A tradição que se estabelece na primeira metade da década de 1830 copia, de forma artificial, o *self-government* anglo-saxão, sem, contudo, encontrar as bases institucionais instauradas naquele ambiente social. Segundo Faoro,

Uma longa tradição havia separado a ordem estatal, política, da ordem social, triturando o segundo na poderosa mó da opressão e dos interesses próprios da camada dominante. A moldura legal tem diante de si forças atomizadas, isoladas e não solidárias, perdidas nas fazendas, para as quais o aparelhamento administrativo serviria apenas para consolidar o estatuto de domínio da unidade fechada do latifúndio, dirigido por um senhor. O mecanismo criado pela lei, desta sorte, não se conjuga a um núcleo de interesses, valores e costumes homogêneos, pela igualdade soldados uns aos outros. A lei, para se impor, recorre aos seus instrumentos artificiais: artificial a autoridade, artificial serão todos os elos de comando. O cargo político, a velha realidade do estamento, será o único foco de poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza (...). Mandar, e não governar, será o alvo. (idem, vol. 1, p. 310)

Aberto o caminho pelo liberalismo, retorna-se à velha hierarquia estamental, regida pelo despotismo e pelas confederações de comando. Alarga-se, cada vez mais, o abismo entre poder e nação. A regência exhibe seu caráter de arbitrariedade, e sua ingerência social demonstra-se na frustração dos “exaltados”, dos “restauradores” e dos próprios “moderados”. As províncias insurgem-se, nesse período, contra a Regência, relegadas de sua posição de influência política após a Independência. Foram reflexos desse cenário movimentos como a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada e a Revolução Farroupilha, que, cada qual a seu modo, uniram-se pela insatisfação com a centralização monárquica e pela busca de maior

integração ao comando político, com a conquista do poder de decisão em benefícios das economias locais.

2.2.4 Os caminhos da independência

A morte de D. Pedro (1834) e a renúncia de Padre Feijó (1837), um dos fundadores do partido liberal, marcam o fim do governo moderado. A crisálida conservadora, representada pelo movimento regressista, ascende ao governo com o controle da câmara dos deputados e assim fixa-se o parlamentarismo, “reduzido o povo a uma ficção mínima e sem densidade, que vota em eleições fantasmas” (idem, vol. 1, p. 323), dominado por partidos fundados nas camadas economicamente dominantes. Os primeiros 20 anos de independência são marcados por pródigas emissões de notas pelo Banco do Brasil, atitude que retira metais preciosos do mercado e inicia um processo inflacionário. Nesta lide financeira, a organização provincial ganha expressão econômica, com a euforia cafeeira atingindo efeitos de longo alcance em toda a estrutura política, social e econômica, expressos pelo deslocamento dos eixos político e econômico do Norte para o Sul. Os pequenos proprietários, nesse contexto, tornam-se dependentes do capital das grandes fazendas, detentoras de amplo crédito na capital. A economia gira mais em torno do escravo e da exportação do que da fazenda, dispersa e abandonada em seus núcleos. O Estado retorna às suas origens e fundamentos patrimonialistas, e se reequipa para as funções de condutor da economia, com o quadro de atribuições concentradas no estamento burocrático e armado em torno do Senado, dos partidos e do Conselho de Estado.

Extorquido o poder das mãos liberais, todas as medidas políticas serão subjugadas à égide conservadora, inclusive àquelas advindas do imperador. A Coroa, perdendo soberania, é dominada pela aristocracia burocrática:

Juntamente com o senado vitalício, o Conselho de Estado comandará, sob a autoridade do imperador, a política e a administração do país. A comunidade política – o estamento – ocupará o palco iluminado, enquanto a plateia, às escuras, assiste ao espetáculo, sem que possa vaiar os atores principais. (idem, vol. 1, p. 333)

A autonomia local é ceifada com a burocratização da autoridade, e a centralização do poder completa o regresso absolutista – esses são os prelúdios do Segundo Reinado. Decretada a maioria de D. Pedro II, apresenta-se como chefe do Poder Executivo e do Poder Moderador, sem, contudo, ser soberano desses. O

Imperador tem caráter deliberativo, sendo o conselho ministerial o responsável pela execução. Nem imperial nem liberal o regime – o rei representa a nação e, em seu nome, exerce o poder. Por outro lado, depende da legitimidade da camada que o nomeia.

Em um sistema político onde reina a tradição, a camada político-social – à qual obedecem a nação, o povo, a agricultura e o comércio – se expressa em um ciclo de perpetuidade hereditária. Entre a abertura dos portos e o auge da centralização imperial em 1850, consolida-se um Brasil economicamente dependente do Estado, sob a égide de um pequeno estrato social, o obstinado estamento. O país era levado a um progresso europeizado, em uma dinâmica de transformação institucional, subvertido o lusitanismo pelo paulatino rompimento com seus antigos moldes culturais. Ao Estado coube a neutralização dos efeitos desse transbordamento, acomodando-os ao ritmo nacional – dada a amplitude da distinção entre as economias inglesa e brasileira. Apesar de incontestável a dependência da segunda, Faoro esclarece que não se estabelece aí a conhecida relação metrópole-colônia:

Será uma dependência por via do Estado, sob a vigilância, desconfiada muitas vezes, entusiástica outras, de uma camada social, apta a participar das vantagens do intercâmbio, preocupada, não raro, em desviar-lhe o rumo submisso. A manipulação legal e financeira apressa ou retarda a integração, enquanto nas ruas o sentimento nativista, antiluso nas suas origens, ressentido-se do invasor europeu, no qual identifica a arrogância colonialista. (FAORO, 1997, vol. 2:401)

A sintonia dos distintos ritmos de progresso será dada por via da estrutura financeira do país, assentada sobre o comércio importador e exportador e marcada pelo viés inglesista. A finalidade da economia é exportar, e não produzir. É nesta toada que nasce a figura do *comissário*, que se torna o vínculo entre a fazenda e a exportação, financiando, segundo Afonso Taunay, a grande lavoura:

Não seria exagerado afirmar que a grande lavoura do Brasil fora feita, em *magna pars*, pelo comissariado do Rio e de Santos. Num país sem crédito agrícola, não podiam os banqueiros financiar a produção do interior, fornecendo aos fazendeiros os recursos que, inspirados, as mais das vezes, pelas circunstâncias pessoais, lhes davam os comissários. Fora, pois, o comissariado verdadeira alavanca do progresso e o maior contribuidor [sic] da zona fluminense, figurando entre os vanguardeiros da civilização brasileira. (TAUNAY³, 1945, p. 174 apud FAORO, 1997, vol. 2:413)

³ TAUNAY, Afonso de E. **Pequena história do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945, p. 174.

Desse comerciante urbano irradia-se a dinâmica da fazenda, mediante a troca da safra futura pelo custeio e expansão do plantio. Deve-se ressaltar, nesse contexto, que não se via, na economia brasileira, senão a moeda fiduciária como único meio de troca – o padrão ouro jamais foi base do intercâmbio nacional, tendo a exclusiva função de restringir a emissão exagerada de papel-moeda. Esta é, para Faoro, uma das características da tendência nacional do país, quebrados os paradigmas dominantes do autoajuste da economia pela paridade cambial como consequência do padrão ouro. Na desenfreada busca pelo progresso acelerado, o orçamento brasileiro torna-se cada vez mais deficitário, e surtos inflacionários assolam a economia nacional. O Estado assume um novo papel econômico: “a exportação dependia de facilidades financeiras, a importação das tarifas, os melhoramentos públicos das concessões, os preços da sustentação dos juros – tudo corria para o Estado” (FAORO, 1997, vol. 2:406), e assim se alimenta a corrupção da riqueza pública em favor da riqueza particular. Está latente, nesse contexto, a preconização da ideologia liberal, que busca afastar o Estado do espírito mercantilista, preparando as bases da decomposição estamental.

O regime de sesmarias acaba por constituir, contrário a seus desígnios iniciais, o alicerce da grande propriedade rural, definidas as posses pelo antigo tradicionalismo aristocrata e prestígio político. Com a investida cafeeira, ascende ao papel principal do empreendimento a necessidade de obtenção de crédito, e não tão somente a posse da terra. Aí se encontra o ofício do comissário, elo máximo entre a produção e a exportação.

2.2.5 As diretrizes republicanas

A balança comercial deficitária é compensada pelo crédito inglês, e para eles eram destinados, nesse movimento, os lucros do negócio, ordenado o capital financeiro pelos bancos ingleses. Ressalta Faoro, contudo, que grande parcela do comércio interno era de escravos, setor alheio ao regulamento inglês e por ele abolido, mas não extinto no exercício da atividade agricultora do Brasil. A abolição trouxe, outrossim, aumento exorbitante do valor do escravo, ao ponto de inviabilizar e lavoura açucareira. Assim se expande a cultura do café, cada vez mais dependente das importações de gêneros alimentícios e responsável por suprimir a

policultura de subsistência, tão vantajosos se apresentavam os ganhos da monocultura. O auge da cultura do café se dá na década de 1850, disponíveis os recursos do tráfico de escravos. Visconde de Mauá vislumbra:

Reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter a certeza de que aquele fato era irrevogável. Apresentei-me, pois, em campo com a ideia de criar uma grande instituição de crédito. (MAUÁ⁴, 1943, p. 120 apud FAORO, 1997, vol. 2:425)

Ressurge, desse raciocínio, um novo Banco do Brasil, reconhecida a necessidade de existência de um banco de emissão que pudesse, ao mesmo tempo, administrar o papel-moeda e o aumento de crédito nacional. A súbita expansão creditícia trouxe, como que naturalmente, um aumento vertiginoso do capital de especulação, culminando em uma forte crise inflacionária no ano de 1857 (FAORO, 1997, vol. 2:428). Com isso, o câmbio desvaloriza-se gradualmente, levando ao paulatino escoamento do ouro e prata brasileiros, em um processo de desmonetização do país. O Segundo Reinado, ressalta Faoro,

Será o paraíso dos comerciantes, entre os quais se incluem os intermediários honrados e os especuladores prontos para o bote à presa, em aliança com o Tesouro. A velha dupla, estamento e comércio, dá-se as mãos, modernizadora nos seus propósitos, montada sobre a miragem do progresso. O progressismo, como muito mais tarde o desenvolvimentismo, farão da modernização um negócio de empréstimos, subvenções e concessões, entremeado com o jogo da bolsa, sob os auspícios do Estado. (idem, vol. 2, p. 437)

Já em 1860 surge o primeiro movimento de contestação à esta estrutura do Segundo Reinado, ressurgindo o Partido Liberal. Primeiro esboço do movimento republicano, terá árdua objeção ao estamento congelado, retrógrado e concentrado no Senado. Em meados da década, o café reorganiza sua estrutura financeira em torno do Vale do Paraíba, região que abrange terras do Rio de Janeiro e São Paulo. Renovam-se, nesse contexto, as velhas aspirações liberais da fase regencial, e o Império volta a defender-se pela concessão de cargos nobiliárquicos, patentes da Guarda Nacional, nomeações para Senado e Conselho de Estado, usando títulos como meio de retardar o movimento liberal. Em 1867 forma-se a Liga Progressista, e diversos líderes conservadores passam para o campo liberal, formadas, desse modo, três principais facções que ocupam o quadro político: a conservadora “puritana”, centrada no Rio de Janeiro, a liberal histórica e a progressista. Entre os

⁴ MAUÁ, Visconde de. **Autobiografia**. Rio de Janeiro: Zélio Valver, 1943, p. 313 e 318.

liberais, forma-se, desde 1866, uma ala de esquerda denominada “radical”, em busca de descentralização, ensino livre, abolição da Guarda Nacional, Senado temporário e eletivo, sufrágio direto e universal, presidentes de províncias eletivos, extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado.

Assim forma-se a corrente republicana, em sua face urbana, onde positivistas doutrinários disputam espaço com os liberais, ambos com ideais de igualdade. Em sua face rural, estão os fazendeiros conservadores, sustentáculo do trono. Há, contudo, já na década de 70 e 80, um movimento de sensibilização da grande propriedade agrária com a causa republicana, com o englobamento dos interesses agrários em uma só camada, representada pelo complexo exportador, o comissariado e os banqueiros, juntos ao produtor, ao senhor de engenho, ao fazendeiro de café e ao criador de gado. A fazenda, desta sorte, altera sua estrutura interna, adequando-se cada vez mais à fórmula federalista, aproximadas as decisões políticas das decisões econômicas. Assim, o agrarismo cria afinidades com o Partido Liberal e com os ideais republicanos. Frisa Faoro:

O Império não subsistia apenas graças ao apoio do fazendeiro, como se pretende na historiografia tradicional. A chamada “traição” do agricultor não será mudança de atitude, mas o desenvolvimento coerente dos interesses, ideologicamente fixados. O Segundo Reinado, cuja centralização será sua nota essencial, ruiu quando os suportes dessa realidade política e administrativas entraram em colapso. A exaustão do trabalho servil e o crescente aumento do contingente assalariado puseram em risco a teia comercial e creditícia armada na Corte. (idem, vol. 2, p. 458)

Desse modo, um desenvolvimento natural das estruturas agrárias foi responsável pelas novas reivindicações da fazenda, aliadas ao ideário republicano. A expansão da lavoura paulista revela o conflito entre o fazendeiro e o polo urbano da economia, reforçando suas pretensões autonomistas. O Império, em uma última tentativa de recuperar-se, procura uma reconstrução financeira, na tentativa de soldar o estamento burocrático – tentativa que se choca com a busca de uma administração local e com o reconhecimento, por parte dos proprietários, de que os recursos devem permanecer onde são produzidos. Assim se emancipa, como classe, a lavoura, arredia e consciente de ser usurpada pelo sistema centralizador. A abolição dá o golpe final à centralização, rompendo as bases de funcionamento da estrutura agrícola comercial, vinculada ao crédito e, conseqüentemente, ao estamento burocrático. As bases regionais não aceitam o sufocamento da Corte, e as classes médias também se alinham contra a monarquia – o 15 de novembro viria, pois, de modo conseqüente e natural.

Decretada a República federativa pelas mãos de Deodoro da Fonseca, esta terá caráter civil e será organizada de modo a sustentar o liberalismo econômico, vestindo-se como luva aos moldes da propriedade rural - será, esse, um sistema federal, de caráter liberal, mas sem cunho democrático. Prospera a atividade agrícola, favorecida com a liberdade de comércio internacional e a abundância de mão-de-obra fruto da abolição. Seguida a trilha liberal, forma-se o edifício mercantilista, prosperando, dentro destas coordenadas, o produtor agrícola e o exportador. Desfalece, lentamente, o comerciante do Vale do Paraíba, com a revitalização de novas relações comerciais centradas no sistema bancário e no exportador estrangeiro, enquanto a fazenda paulista progride – seus meios para pagamento de salários são compensados, em grande parte, com a venda de produtos de subsistência ao trabalhador, não ficando, assim, dependente do crédito. Assim, o setor cafeeiro paulista, estimulado pela conjuntura econômica, expande suas plantações, o que, em breve, o levará à superprodução.

2.2.6 A República Velha e a nova ordem política

A economia da chamada República Velha (1889-1930) concentrava-se no setor exportador. Em 1890, Rui Barbosa põe em prática seu plano de governo, com a emissão autorizada, preferencialmente, sobre apólices da dívida pública e medidas complementares. Considerava ser necessária a emissão de grandes proporções para atender as novas e crescentes necessidades dos negócios, registradas vultosas expansões de capital desses. A República teria cunho progressista, com uma aceleração sem precedentes do quadro industrial brasileiro, abandonado o agrarismo exclusivamente ao Império, embora permanecesse, em pleno funcionamento, o tradicional elo entre Estado e dinheiro. A indústria seria, nesse modelo, estímulo do governo, “especulativa na sua essência, mercantilista no plano e esquecida do sopro liberal” (idem, vol. 2, p. 513).

A superprodução não tardaria a ocorrer com esta configuração - as emissões e o crédito haviam provocado, entre 1891 e 1900, o aumento das

plantações de café e o incremento das exportações, num “encilhamento”⁵ cafeeiro com auge na superprodução de 1895 e, a partir daí, numa desvalorização drástica do valor da saca. O custo de vida aumentado provoca inquietação no assalariado, e datam desse momento as primeiras greves de trabalhadores. Data de 1906 o Convênio de Taubaté, acordo firmado entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais na tentativa de proteger a produção de café, equilibrando as forças de oferta e demanda através da compra de excedentes por parte do Estado, e diversos outros mecanismos econômicos vigiam e buscavam acelerar o progresso econômico, com o centro no café.

A institucionalização do regime republicano, proclamado pelos militares no 15 de novembro, se deu em dois momentos: na escolha dos chefes de Estado e na definição do papel e das relações dos militares com o novo regime. Entre a queda do trono e a República, a palavra de ordem será a do Exército, sob a liderança de Deodoro da Fonseca. A Assembleia Constituinte é convocada em 1889, e a Carta Magna concluída em 1891. A monarquia centralizadora opõe-se a ela, baseada no pressuposto de que apenas a máquina imperial seria capaz de conciliar o liberalismo à unidade nacional. Mesmo os presidentes militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, tinham a consciência de que “não podiam governar apenas com o apoio do Exército, suficiente unicamente para afastar o trono, mas estruturalmente incapaz de, mesmo ditatorialmente, dominar o país” (idem, vol. 2, p. 543). Floriano Peixoto acabava de tomar posse em 1891, e Rui Barbosa proclama a ditadura que via construir-se:

Eu reivindico o princípio vital da existência dos Estados na organização federativa, pelo qual me bati antes da República e, desesperado da monarquia, me fiz republicano. A tirania da turba-multa, pondo e depondo governadores, é muito mais estúpida, muito mais odiosa e muito mais funesta do que o despotismo da centralização imperial governando as províncias com instrumentos do rei... (BARBOSA⁶, 1891, p. 302 e 303, apud FAORO, 1997, vol. 2, p. 545)

Referia-se à tirania militar, que punha em cheque a recém reintegrada legalidade no governo federal, retirando o poder das mãos das autoridades eleitas para representantes de uma conspiração insurrecta. O único estado capaz de

⁵ A expressão, procedente do glossário dos jôqueis que encilhavam seus cavalos, ficou conhecida por designar o período de desordem econômica vivenciada após a proclamação da República (IPEA, 2011, ed. 65, ano 8)

⁶ BARBOSA, Rui. **Obras completas**. Tomo I, v. 18. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1891, p. 302 e 303.

divergir sem temer a intervenção federal era o Rio Grande do Sul, com sua produção concentrada no mercado interno e isolado politicamente, não ajustado a Prudente de Moraes (1894-1898) e oposto à eleição de Campos Sales (1898-1902). A “política de governadores”⁷ faz sua primeira prova pública, buscando, em essência, entregar o poder político aos Estados – poder que se articula, fundamentalmente, entre Minas Gerais e São Paulo. Os pequenos, por sua exígua condição econômica, acatam a ordem pronunciada, permitindo à política instaurada evoluir para a supremacia do presidente da República.

No interregno entre 1900 e a morte de Pinheiro Machado, líder elevado à vice-presidência do Senado em 1903, assassinado em 1915, a “política de governadores” reina sobre o território brasileiro. São Paulo e Minas Gerais permanecerão alternando a permanência no governo central, mas deixarão de ser dominantes os Estados – a União comandará, passando os Estados a compor o sustentáculo desse nascente sistema. Disserta Faoro que

A união dos grandes Estados, agora prevenidos contra as manobras divisionistas, dará ao presidente, no futuro, pelo fato mesmo da coligação e pela densidade do poder central, a chefia da União e da política, dentro, entretanto, de linhas pactuadas. (FAORO, 1997, vol. 2:603)

Não era, a esse ponto, chegado o momento da completa supremacia e autoridade presidencial. Venceslau Brás, eleito em 1914, situa sua candidatura acima dos partidos políticos, de modo a afastar Pinheiro Machado do centro de decisões e elevar o Catete ao centro de poder. Sucessor eleito de Venceslau Brás, Rodrigues Alves é novamente eleito, mas falece antes mesmo de assumir o posto – assume, então, em 1919⁸, Epitácio Pessoa, paraibano, sustentado pelo eixo São Paulo-Minas Gerais, que pretende reunir forças para a União, desviada sua atenção às exigências do revalorizado café, e não aos maiores interesses de sua região natal, assolada pela seca.

Já no mesmo ano de 1919, o senador Rui Barbosa participa de campanha eleitoral contrária ao agrarismo, e traz à pauta a questão social, pedindo a proteção do trabalhador pelo Estado – Rui Barbosa fala pela classe média civil, pelos militares

⁷ A chamada “política de governadores” consistiu no apoio, por parte do governo federal, aos governos estaduais para fortalecer o vínculo entre Estados e União, representando, em sua essência, a utilização de coronéis – ricos fazendeiros, executores do conhecido “coronelismo” – para eleição de bancadas pró-governo federal para a composição da Assembleia Legislativa. (FAORO, 1997, vol. 2:567 e 568)

⁸ A presidência foi ocupada, entre 1918 e 1919, por Delfim Moreira da Costa Ribeiro, governante interino suplente de Rodrigues Alves (PORTAL DO PLANALTO, 2016)

e pelo funcionalismo civil, pelos proletários industriais e pelos empregados comerciais. Com esta campanha é selada a separação entre a classe média e o governo central – com a sucessão de Epitácio Pessoa, a “política de governadores” vacila pela rebeldia das camadas populares e do corpo militar. Em torno de Artur Bernardes, seu sucessor, o regime mostra sua instabilidade e lenta decadência, e Faoro ilustra que “por meio de Rui Barbosa, numa liderança obscuramente percebida, a República caminha para a dissolução de seus suportes, como se verá, com maior profundidade, em 1922 e 1930 (...)” (idem, vol. 2, p. 607).

A República Velha dá continuidade ao movimento limitativo da participação popular na política, seguindo a mesma toada do liberalismo federalista, despontado na destituição do Império – mais uma vez, a sonhada soberania popular será desprezada. A eleição será instrumento de legitimação do poder, e não a expressão da vontade popular, e nesse esquema, com maior força, se insere o coronelismo, emanado da oligarquia das unidades federativas, subalterno ao comando do governador – ou do grupo por ele representado:

Entre o governador e o coronel a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele. Obediência não significa, todavia, passividade, dada a relativa autonomia econômica da fazenda, menos dependente, no período que vai do fim do Império até 1920, dos vínculos creditícios de outrora. (idem, vol. 2, p. 629)

O governador, desse modo, orienta e domina as eleições municipais e controla as unidades por meios financeiros e por via de coronéis a ele leais, com o aliciamento de votos praticado pelos chefes locais, com o emprego, se necessário, de fraude e violência. Para garantir o funcionamento do sistema, atuava a milícia estadual, consonantes com as práticas de manutenção desta ordem hierárquica. O coronelismo, assim, participa da estrutura patrimonial como peça de uma ampla máquina, responsável esta pelo aproveitamento privado da coisa pública. Ao mesmo tempo, funciona como balizador da presença federal diretamente nos Estados, garantindo a ordem da cúpula estadual. Ressalta Faoro:

Quebrada a armadura estamental, de tendência burocrática, do Império, não emergiram, na superfície social, os elementos autônomos, sempre evocados pelos liberais. A supremacia tuteladora do poder público, agora seccionado nos principados e ducados estaduais, continuou a operar, num molde próximo ao regime colonial, no qual o particular exercia, por investidura ou reconhecimento oficial, funções públicas. (idem, vol. 2, p. 631)

Assim se prolifera, na história brasileira, o inexistente desmembramento entre público e privado, alimentado o sistema de nutrição do poder pela coisa pública. Os esquemas fraudulentos nas eleições acabam por impulsionar reflexos reacionários, e um forte abalo nas instituições políticas acaba por destituir a ordem coronelista – os protestos por legitimidade democrática hasteiam suas bandeiras no palco político. A proximidade das eleições de 1922, que dariam o cargo da presidência ao sucessor de Epitácio Pessoa, trouxe consigo o questionamento das oligarquias paulista e mineira, e matrizes como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia, no intuito de romper com a antiga estrutura, uniram-se para formar a Reação Republicana, lançando Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, como candidato, para pleitear o posto de Artur Bernardes, pretendente mineiro. A inquietação que se observa entre 1922 e 1927 não se reduz a um antagonismo pessoal, de conteúdo ideológico: o cerne do protesto é contra o domínio hegemônico da “política dos governadores”, protesto alimentado pelo Exército e pelo povo.

As críticas de Rui Barbosa, nesse contexto, voltam-se ao propósito de controlar o militarismo e evitar o estadualismo, inspirado na Constituição norte-americana. Enquanto isso, Alberto Torres, “um ex-deputado, ex-governador, ex-ministro da justiça e ex-ministro do Supremo Tribunal” (idem, vol. 2, p. 670), reclama uma reforma na Carta de 1891 para a estruturação de um Estado Nacional:

Os países novos carecem de constituir artificialmente a *nacionalidade*. O *nacionalismo*, se não é uma aspiração, nem um programa, para povos formados, se, de fato, exprime, em alguns, uma exacerbação mórbida do patriotismo, é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade da vida dinâmica sem fazer-se “nação”, isto é, sem formas a base estática, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural, da sociedade política. (TORRES⁹, 1938, p. 95 apud FAORO, 1997, vol. 2, p. 671)

Não se trata, contudo, da busca de um nacionalismo antiportuguês, como se pretendeu em outro momento, e sim da tentativa de “reconstruir, reorganizar, reformar o país, por meio do Estado” (FAORO, 1997, vol. 2, p. 671). Nesse compasso, a década de 1920 aspira autonomia, em busca de uma reforma onde o governo tem o papel de orientar o povo. Entre 1922 e 1930, as defesas ideológicas do regime republicano perdem consistência, e o federalismo transmuta-se em presidencialismo – o país, essencialmente agrícola, volta-se à indústria, e o liberalismo cede lugar ao intervencionismo estatal, em moldes ainda não muito

⁹ TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

claros e definidos. O processo de urbanização, observado já no início da década de 1920, é mais consequência da crise do setor agrário do que da demanda industrial, diferentemente de países já fortemente industrializados.

Já em 1924 aponta, no quadro revolucionário, a figura de Luís Carlos Prestes, militar, que, em busca de cindir a oligarquia política, exigir a renúncia de Artur Bernardes e, por meio de revolução, clamar por reformas político-sociais, reúne o movimento cristalizado no “tenentismo”¹⁰, movimento esse que culminou na grande Marcha de 1924-1927, onde Prestes percorreu, durante dois anos e cinco meses, cerca de 25.000km do Brasil, junto a um contingente de homens que formavam a “Coluna Prestes” (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2010). Em maio de 1930, Prestes lança um manifesto, ligado ao movimento da Marcha, propondo dismantelar a cúpula oligárquica em prol da libertação do povo, subjugado aos mandos dos coronéis. Washington Luís, eleito presidente em 1926, indica Júlio Prestes, paulista, como seu preposto sucessor. Três estados renunciam à indicação de Washington Luís – reúnem-se Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba em oposição à candidatura de Júlio Prestes, e hasteiam a bandeira liberal, sugerida pelo nome Aliança Liberal, frente de oposição iniciada em 1929 e integrada pelos três estados. Lançam a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, para disputar, com Júlio Prestes, o mandato iniciado em 1930.

A Revolução de Outubro delega a posse a Getúlio Vargas, apoiado pelo Exército e pela quase totalidade dos oficiais partícipes das insurreições da década de 1920 – o país é lançado, novamente, ao rumo liberal. O governo que assume o poder tem a característica de Estado reformista, paternalista em essência, controlado por um líder e sedimentado numa burocracia superior e estamental. Tomará rumo ditatorial, depois de afastadas as proposições socializantes, amparado pela imperante ideologia fascistizante, tendo como espinha dorsal o elemento militar. Reclama, a classe militar, um Estado forte, que não obedeça a sistemas políticos transplantados do exterior, capaz de combater as forças do latifúndio, os monopólios e o imperialismo, sobrepondo-se às massas e propondo, como substância política, a nacionalização da economia. Realiza Faoro:

Constitui fato incontroverso (...) a decadência em que caiu a concepção da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de

¹⁰ O termo é utilizado por ser um movimento marcado por insatisfações de cunho econômico, social, político e institucional e composto de jovens oficiais tenentes do Exército. (Nota da autora)

autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender maior soma de interesses coletivos e de garantir estavelmente, sem o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. (FAORO, 1997, vol. 2, p. 697)

Assim, Vargas desenvolve para si uma figura mítica, combinando repressões e concessões sociais. As bases do mecanismo financeiro estatal são rompidas com a explosão de produção do café relativamente à sua demanda. Assim se dá o colapso cafeeiro, tornando evidente que o progresso não poderia ser sustentado exclusivamente na expansão progressiva do latifúndio paulista. A União prospera, em termos, quando comparada aos estados, e pretende modernizar o país com a promoção da siderurgia – modernização esta pretendida como instrumento de integração nacional sob a égide das forças armadas e da ditadura particular.

A reorganização do Estado com vistas à recuperação da economia durante a crise do café promove um regresso patrimonialista, com a formação de uma nova comunidade burocrática, agora mais burocrática do que aristocrática, mas ainda de caráter estamental, superior e árbitra das classes - o primeiro passo, nessa jornada, será a disciplina social e jurídica do proletariado. Ocorre, no país, uma revolução industrial, culminando na criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941 e na Companhia Vale do Rio Doce em 1942, em um tipo de economia politicamente orientada, como outrora, com indústria de base entregues à direção do Estado. A integração político-econômica se faz nos moldes de Estado ditados pelos primeiros dias da dinastia de D. João I, não mais para a exploração colonial, mas para emancipar a indústria sob um governo ditatorial.

De D. João I a Getúlio Vargas, uma singular estrutura político-social desafia o tempo – o capitalismo politicamente orientado, sentido primordial da colonização, esculpidor do estamento, transposto à realidade do século XX com feições modernas, de índole industrial, fundamentado na liberdade individual, mas ainda com a mesma natureza. O poder tradicional é institucionalizado no patrimonialismo como forma de domínio da comunidade política, presente das lavouras de exportação às fábricas da década de 1930 - no Brasil, a estrutura patrimonial resiste à experiência capitalista de modo obstinado. Será característico o predomínio do estamento, que passa de aristocrático à burocrático em uma mudança de vestes, mas não de estrutura. Sobre a sociedade, impera, rege e governa, em nome próprio,

a pertinaz camada de comando, camada esta que se altera e renova, mas que jamais representa a nação.

Aí não impera a burocracia – a camada profissional que assegura o funcionamento da administração estatal – mas o estamento político. A pressão liberal e democrática não dissolveu, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação brasileira, impenetrável ao poder popular. O poder tem, até os dias atuais, donos que não emanam da nação, mas de um rebento político despachado à eterna colônia americana.

3 UM DEBATE ENTRE RAYMUNDO FAORO E ALGUNS AUTORES DO PENSAMENTO BRASILEIRO

Partindo-se da análise textual faoriana, há uma possibilidade de articular, de modo analítico, as concepções acerca da formação do Brasil à luz de outros intérpretes. A vasta literatura que nasce com o intuito de revisitar *Os Donos do Poder* demonstra seu enorme impacto na historiografia brasileira. Alguns opostos à sua perspectiva, muitos outros em convergência a ela, mas não se nega, em qualquer abordagem, sua relevância na interpretação do Brasil.

Com o intuito de revelar algumas das principais discussões acerca da obra de Faoro, a análise será dividida em três grandes seções, com temas centrais às abordagens de outros autores, selecionados para o debate. Em cada sessão, serão apresentados os principais argumentos de cada tese, contrapondo-se a visão destas à de Faoro, com ênfase na obra *Os Donos do Poder*.

3.1 ESTAMENTO PATRIMONIAL E INSTITUIÇÕES NA FORMAÇÃO DO BRASIL

Raymundo Faoro utiliza-se de diversos termos resgatados da produção teórica de Max Weber acerca da ciência política e social. Conceitos caros ao autor como estamento, burocracia e patrimonialismo, que são base de sustentação de sua tese, foram trazidos da literatura weberiana para sua interpretação da formação do Brasil, dos mais diversos ângulos. É importante ressaltar que, já em seu prefácio à segunda edição, Faoro argumenta:

Advirta-se que este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber. Não raro, as sugestões weberianas seguem outro rumo, como novo conteúdo e diverso colorido. (idem, p. XI)

Mesmo com esta advertência, Faoro utiliza-se amplamente dos conceitos weberianos, e esse foi um dos principais pontos de crítica de sua obra. Jessé Souza, autor do livro *A Torção da Inteligência Brasileira* (SOUZA, 2015), enfatiza a indevida apropriação dos termos weberianos por Faoro, apontando seu caráter anacrônico, estático e a-histórico, e acusando-o de desprezar a contextualização histórica em que Weber utilizou, pela primeira vez, os conceitos como forma de análise de sua época. Esta visão é compartilhada por alguns outros autores, como Bresser-Pereira, em *Burocracia Pública e Classes Dirigentes no Brasil* (BRESSER-PEREIRA, 2007),

onde apresenta argumentos de que Faoro peca por congelar a sociedade e o Estado em uma definição engessada, não dialética, que se transfere de D. João I a Getúlio Vargas sem alterar suas bases. Para ambos, o “patrimonialismo” é inadequado na análise brasileira, conforme discorre Jessé Souza:

O “patrimonialismo estamental”, como sabemos, é, para Weber, o exemplo mais claro de “dominação do quadro administrativo” pela necessidade de delegação do poder, que a expansão dos grandes impérios com enorme extensão territorial cria, vinculada simultaneamente à carência dos instrumentos de controle deste mesmo poder fático pelo dominador ou líder. No caso brasileiro, só em meados do século XX se constitui uma verdadeira burocracia com os meios para atuação em todo o território nacional, mas já em um contexto de desenvolvimento capitalista intenso e rápido. (SOUZA, 2015, p. 64)

Jessé Souza indica, sob esses termos, a inaplicabilidade da análise patrimonialista do caso brasileiro. O autor observa a falta de uma estrutura de controle e administração no Brasil, que culminou em um modo extremamente descentralizado de desenvolvimento de um padrão de colonização nos moldes das “capitanias hereditárias”. O que se critica em Faoro, portanto, é a imutabilidade conceitual que se observa ao longo de sua obra, e a apropriação de conceitos que Weber define em um contexto histórico específico. Contudo, Faoro demonstra-se, como explica em seu prefácio, consciente de que a pura transposição de conceitos weberianos não seria suficiente ou adequada à interpretação brasileira. Reconhece o grau de parentesco que suas concepções possuem com as weberianas, mas deixa claro que, em alguns momentos, traçam caminhos opostos. O foco de sua obra não recai sobre a hermenêutica weberiana, e a utilização de seus conceitos não tem a pretensão de ser determinista: utiliza-os mais como apoio a seu verdadeiro intento – buscar as origens da heterogeneidade social, política e econômica no Brasil de sua época. Complementa Hélio Afonso de Aguiar Filho que

Na interpretação de Faoro sobre o Brasil, embora use conceitos weberianos, o autor se afasta da metodologia de Weber. Sua ênfase recai, principalmente, em noções como patrimonialismo, estamento, estratificação e capitalismo politicamente orientado. Mesmo tendo origem na sociologia de Weber, tais categorias, como sustentam Gerth e Mills (1974, p. 75), (...) se constituem em um tipo de explicação que tenta “justificar a motivação dos sistemas de ação pelas suas funções ou como estruturas funcionais e não pelas intenções subjetivas dos indivíduos que as praticam”. (FILHO, 2014, p. 49)

Faoro identifica, ao longo de sua obra, os diferentes arranjos institucionais que configuram as bases para o desenvolvimento brasileiro, em seus mais diversos aspectos. A feição destas instituições se altera, por vezes, drasticamente ao longo da história brasileira, sem deixar, contudo, de alterar-se sua natureza elitista e

dominadora, responsável pela exclusão da participação popular ao longo de sua trajetória. Esse conceito perpassa a interpretação de diversos outros escritores que buscaram compreender o Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*, Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* ou Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, que, cada qual à sua maneira e ideologia, alcançaram a mesma clareza acerca do Brasil que alcançou Faoro, apoiando-se em análises institucionais desde seus primórdios.

Contudo, Jessé Souza aborda que a existência de certas instituições brasileiras, ao contrário do que pensavam Freyre, Buarque de Holanda e Faoro, não foram naturalmente transpostos ao território brasileiro como uma “herança ibérica”¹¹. Aliás, aponta Jessé Souza, “a instituição mais importante do Brasil colonial desde seus inícios, a escravidão, não existia em Portugal, salvo em casos muito passageiros e tópicos” (SOUZA, 2015, p. 41), o que poderia determinar características extremamente distintas entre o corpo institucional português e o brasileiro.

A dinâmica destas instituições, principalmente as de caráter dominador, ditou o ritmo com que se desenvolveu a nação brasileira. Segundo Maria José de Rezende:

O modo de controle, que se foi estabelecendo pelos grupos proponentes e condutores das várias modernizações que se sucederam no tempo, foi capaz de repelir intermitentemente a constituição de ações políticas capazes de engendrar caminhos por onde deveria fluir uma nação, de fato, moderna no que tange ao conjunto das relações sociais, econômica, políticas e jurídicas. (REZENDE, 2005, p. 211)

Esta noção revela o movimento político, econômico e social constante na obra de Faoro, que, mesmo apoiando-se nos conceitos weberianos, foi capaz de demonstrar os antagonismos gestados pelos múltiplos embates na arena política que, por sua vez, foram responsáveis pelo florescimento da heterogeneidade política, econômica e social que, até os dias mais recentes, assolam a nação brasileira.

Outra contraposição feita à análise de Faoro é em relação à singularidade com que utiliza o conceito de estamento. A representação desse conceito como um grupo definido de atores, estratificados por critérios sociais e políticos, ao invés de

¹¹ “Herança ibérica” é o termo utilizado por Freyre, citado por Jessé Souza, para designar os traços culturais brasileiros herdados pela colonização portuguesa. (SOUZA, 2015, p. 41)

econômicos, está presente em Faoro sempre de modo singular, como um único estamento. Weber, entretanto, pensa o termo no plural, entendendo que vários grupos sociais podem segregar-se em estamentos, adjetivados negativa ou positivamente. Assim, explica Rubens Campante:

Se a estratificação social por estamentos se distingue daquela por classes pelo fato de promover uma diferenciação entre indivíduos baseada não em critérios puramente econômicos, mas de *status* social, o estamento, então, é um *tipo* de grupo social e não *um* grupo social, havendo estamentos positiva e negativamente qualificados em termos sociais. A insistência de Faoro em falar do estamento no Brasil seria como se Marx falasse da classe, em lugar de mencionar a classe burguesa ou a classe proletária. (CAMPANTE, 2003, p. 163)

Assim, segundo Campante, a utilização do termo por Faoro perde o rigor conceitual ditado por Weber, na medida em que individualiza o estamento e o isola em apenas um estrato, sem que se contraponha com outras parcelas da população, divida a sociedade entre estamento e povo.

Esses são alguns dos principais pontos de contraste entre os estudiosos da obra de Faoro. Para que se compreenda *Os Donos do Poder* em sua plenitude, é importante que se demonstrem as diversas tonalidades expostas no exame de sua obra por seus mais variados intérpretes e, para tanto, serão tratados alguns outros aspectos de relevância nas seções seguintes.

3.2 LIBERALISMO POLÍTICO E LIBERALISMO ECONÔMICO

Não apenas Raymundo Faoro, mas Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda foram também criticados por criarem, na visão de Jessé Souza, as bases do que chama “culturalismo brasileiro”. Jessé explica que esses autores foram responsáveis pela perpetuação de um paradigma ideológico brasileiro – construído por Sérgio Buarque – que enobreceu o liberalismo conservador em detrimento da participação do Estado nas diferentes esferas da sociedade, “para validar uma única tese política: a ação intrinsecamente demoníaca do Estado contraposta à ação intrinsecamente virtuosa do mercado” (SOUZA, 2015, p. 53). Para o crítico, o enaltecimento desta discussão é responsável pelo deslocamento das principais questões na análise da sociedade brasileira a um patamar secundário. Em sua opinião, os conteúdos fundamentais para uma análise brasileira encontram-se na sua profunda desigualdade social e os conflitos gerados a partir desse padrão, e não

na simplificação da análise pelo enfoque na dicotomia mercado/Estado e seus efeitos na sociedade.

Jessé Souza enfatiza, ainda, que Faoro, equivocadamente, compõe o estamento exclusivamente por agentes do Estado, o que, mais uma vez, reforça sua visão dicotômica. Discorre sobre como o empresariado brasileiro, representado principalmente pelas oligarquias paulista e mineira, foi o principal beneficiário das atividades do estamento, principalmente do processo industrial financiado pelo Estado desde o governo Vargas, mas que, ainda assim, não foram considerados parte desse estamento por Faoro, novamente indicando um viés liberal na escrita de *Os Donos do Poder*.

Contudo, o que Faoro procura esclarecer é, justamente, como nasceu, no Brasil, uma forma de capitalismo de Estado – politicamente orientado – herdada de um passado português, onde reinavam o estamento patrimonial e seus ditames políticos. Assume Faoro, em sua obra, que esta forma de capitalismo foi a responsável pela anulação das esferas de liberdade pública, que impediram, em muitos momentos, a eclosão de movimentos autonomistas por parte de empreendimentos fundados, puramente, sobre liberdades econômicas e competitivas, opostos às concessões e monopólios reais (AREND, 2008). Segundo Faoro, em um capitalismo comandado pela elite, numa nação sufocada pelo Estado, não há liberdade econômica, política ou social, e a má distribuição de renda, unida ao pouco espaço reservado às políticas públicas, criam um tecido social-econômico precário.

Há, também, uma parcela analítica sobre a obra de Faoro que tem como enfoque o liberalismo político e as formas com que foi debatido pelo autor. Segundo Alfredo Bosi, o autor percebe a existência de suas formas distintas de liberalismo político no Brasil ao longo do século XIX. O primeiro apresenta-se com a abertura dos portos em 1808, com a liberalização do comércio internacional; o segundo, com a outorga da Constituição de 1824, estabelecendo-se novas normas políticas que incluíam medidas de maior representatividade, o voto censitário, entre outras medidas (BOSI, 2004, p. 358). Apesar destas características, ainda só se conhecia um liberalismo oligárquico, detido nas mãos do estamento burocrático. Para Bosi, Faoro reconhece um novo liberalismo nascido em berço republicano, formado por uma parcela política de indivíduos que não desfrutavam da centralização monárquica, das rendas da escravidão e da alta burocracia. Observa-se, a partir da

década de 1860, que “emerge no quadro estamental e hierárquico, comunitariamente seletiva e progressivamente fechada, a sociedade de classes” (FAORO¹², 1979, p. 47 apud BOSI, 2004, p. 360).

Assim, as liberdades públicas superpõem-se às liberdades econômicas, e, segundo Rubens Campante:

Somente uma estrutura social baseada em *classes*, expressão do domínio pleno da economia pelo sistema de mercado, pode abrir reais possibilidades para um Estado liberal-democrático. Caso contrário, tem-se o estamento, e o liberalismo e a democracia são superficiais. (...) somente nas sociedades modernas e capitalistas é que o econômico sobrepuja e define o político e o social. (CAMPANTE, 2003, p. 164)

O que se vê, portanto, na obra de Faoro, é uma demonstração de que, em diversos momentos históricos, o descontentamento de determinados grupos, representados, cada um em seu contexto, por profissionais de classe média, abolicionistas, militares de formação positivistas, foi capaz de conceber novas formas de liberalismo ao longo de toda a história brasileira.

3.3 DEMOCRACIA E CENTRALIZAÇÃO DE PODER

A obra de Faoro parece contrapor a existência de um Estado patrimonial em detrimento de um Estado liberal, em uma primeira análise. O autor enfatiza que, com a ação do Estado, nasce um tipo de capitalismo estrutural, orientado por determinações de cunho político, que definem e fortalecem os padrões de domínio sobre os quais se estrutura a sociedade brasileira. Nesta ótica, a preocupação de Faoro aparenta ser a formação do Estado liberal ao longo da história do Brasil.

Analisando *Os Donos do Poder*, Jair dos Santos Júnior pontua que, na realidade, Faoro utiliza-se da categoria patrimonialista apenas para apontar quais são os elementos, nos moldes da dominação estamental, que determinam a ausência de uma esfera econômica autônoma (SANTOS JÚNIOR, 2001). Jessé Souza, analisando Faoro, atribui a característica centralizadora do poder justamente ao patrimônio real, e “a esse prematuro traço de concentração territorial desenvolve-se todo um conjunto de medidas centralizadoras do poder real” (SOUZA, 2015, p. 54). O uso do Estado liberal como esfera oposta à patrimonial nasce para desvelar a carência de uma burguesia independente do Estado e de um capitalismo autônomo.

¹² FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro, 5ª ed., vol. I, Porto Alegre, Globo, 1979, p. 47.

Para que se constituísse um ambiente propício ao surgimento desta conjuntura, segundo Maria Rezende,

(...) era necessário que emergissem agentes econômicos capazes de afrontar as tecnocracias estatais, os estamentos dirigentes que comandam o aparelhamento estatal. (...) O modo de controle, que se foi estabelecendo pelos grupos proponentes e condutores das várias modernizações que se sucederam no tempo, foi capaz de repelir intermitentemente a constituição de ações políticas capazes de engendrar caminhos por onde deveria fluir uma nação, de fato, moderna no que tange ao conjunto das relações sociais, econômicas, políticas e jurídicas” (REZENDE, 2005, p. 210).

O que indica Maria Rezende é que, para Faoro, o capitalismo brasileiro jamais foi orientado por forças econômicas – dependia, pelo contrário, das forças estatais concentradas na pequena elite estatal. Consequentemente, esta centralização do poder nas mãos de uma camada dirigente acabou por moldar a forma de democracia construída no país. Faoro buscou, em diversas obras, cumprir com objetivo de buscar indicações de que o Brasil estaria, em alguma medida, superando sua estrutura patrimonial, oligárquica e autoritária. Conforme analisa Maria José Rezende em outro de seus textos:

(...) no Brasil, ocorreram todos os impedimentos possíveis para que a história do Estado como consciência de si tivesse início. Tal constatação se deu através da análise detalhada dos procedimentos e das ações dos dirigentes, pois deles tem partido a direcionalidade de uma forma de política que vai reproduzindo e perenizando a não-constituição das condições para o desenvolvimento da democracia e da condição cidadã. (Idem, 2009, p. 332)

Faoro percebe, segundo Jessé Souza, que a centralização do poder, já no Estado português, é a responsável pela reunião de recursos suficientes à exploração ultramarina, mas que, por outro lado, foi a causa primária da obstrução ao desenvolvimento do capitalismo economicamente orientado. Com isso, o Estado apresentou-se como substituto do empreendedor individual, inibindo o exercício da liberdade econômica – e, atreladas a ela, as liberdades políticas e sociais, acarretando a debilidade do regime democrático.

Uma importante contraposição que se faz ao texto de Faoro sob esses aspectos é, justamente, no que concerne à centralização política. Rubens Campante, contemplando Faoro à luz de Max Weber, parte da premissa de que um eventual enfraquecimento do poder central não descaracterizaria, necessariamente, o patrimonialismo, ideia posta em *Os Donos do Poder*. Segundo Campante,

Faoro, (...), provavelmente temendo que a descentralização comprometa a noção de patrimonialismo e caracterize a de feudalismo, prioriza a proeminência do centralismo na tradição política brasileira. Sua recusa em

admitir a descentralização litúrgico-patrimonial como parte da tradição política brasileira tem duas consequências: uma é a diminuição da importância histórica do senhorio rural no Brasil, expressão do poder de classes proprietárias, do poder economicamente condicionado, prefiguração de uma *classe social* ligada ao comércio internacional e não de um estamento, embora seu poder local repousasse em fundamentos patriarcais. A outra é um tipo de crítica à sua teoria que se equivoca quanto ao conceito weberiano de patrimonialismo ao pretender negar a presença deste no Brasil, apresentando situações históricas, realmente flagrantes, de incapacidade e fraqueza do governo central diante de grupos privados poderosos (...). *Em termos estritamente weberianos*, contudo, a incapacidade ou fraqueza do poder central não desqualifica, em absoluto, uma caracterização patrimonialista do poder no Brasil. (CAMPANTE, 2003, p. 160)

Nota-se, assim, que a configuração da sociedade foi, na visão de Faoro, propositadamente construída para excluir certas parcelas da população, com a finalidade de manter no poder as classes historicamente dirigentes do país. Marcelo Arend define, em sua compreensão de Faoro, que “a democracia, quando formalizada, na realidade será reduzida a uma concorrência de elites” (AREND, 2008, p. 662). Contudo, Rezende evidencia que o autor não pretendia, com isso, afirmar que o Brasil estaria encerrado à reprodução de suas condições de desigualdade: pelo contrário, Faoro, em outros textos, declara sua expectativa de confluência entre os interesses da sociedade civil e do Estado (REZENDE, 2009, p. 332). A questão reside, enfim, na emancipação popular das formas de dominação da elite que, até hoje, determina o curso político do país.

4 CRÍTICAS E ATUALIDADE DA OBRA *OS DONOS DO PODER*

Raymundo Faoro não foi o único intérprete da sociedade brasileira a associar conceitos weberianos à sua análise. Antes dele, Sérgio Buarque de Holanda já o tinha feito em *Raízes do Brasil*, onde fez uso de conceitos similares na reconstrução das estruturas institucionais brasileiras ainda vigentes, caracterizando o tão famoso “homem cordial”¹³ brasileiro. Contudo, Faoro trouxe, com *Os Donos do Poder* uma nova forma de compreender o Brasil, desprendendo-se da mera utilização de conceitos de Max Weber em sua análise, mas explorando, profundamente, os mecanismos de funcionamento da política brasileira desde seus primórdios.

A primeira edição de sua obra, de 1958, não teve a repercussão esperada pelo autor. Reconhecendo suas lacunas, lança uma segunda edição na década de 1970, onde afirma que “a perplexidade que alguns leitores da primeira edição demonstraram, ante uma terminologia aparentemente bizarra, estará atenuada, neste novo lançamento” (FAORO, 1996, vol. 1, p. XI). Esta versão tornou-se referência na apreciação da história brasileira, principalmente por questionar a interpretação marxista convencional, apresentando pontos de vista antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares a ela.

Seu caráter antagônico à visão marxista advém, primordialmente, da negação, em *Os Donos do Poder*, da existência de um passado “semifeudal” brasileiro, tese defendida pelo marxismo ortodoxo, apoiada no entendimento de que o Brasil

(...) ainda não havia conseguido criar uma burguesia nacional capaz de desenvolver a economia do país, criando um capitalismo moderno que trouxesse consigo uma classe operária também moderna, que eventualmente implantasse no país o socialismo. (SCHWARTZMAN, 2003, p. 207)

Esse é um debate carregado, ao longo do tempo, por uma diversidade de sociólogos, historiadores, cientistas políticos e pensadores brasileiros, dentre os quais se destaca, além de Faoro, Florestan Fernandes, em sua obra *A Revolução*

¹³ O “homem cordial” é um personagem construído por Sérgio Buarque de Holanda para designar o tipo genérico do brasileiro, guiado por escolhas passionais em suas ações, destoante do indivíduo racional “protestante ascético” norte-americano, com quem Buarque de Holanda compara o homem cordial. (SOUZA, 2015, p. 45)

*Burguesa no Brasil*¹⁴, de notável cunho marxista. A originalidade no debate faoriano se dá, justamente, pela contraposição de dois pontos fundamentais: a caracterização da centralização do poder e a identificação dos agentes de dominação da máquina política no Brasil.

No que concerne à centralização do poder, Faoro identifica que, ao contrário da interpretação marxista ortodoxa ou stalinista, que confere ao campo o predomínio sobre as cidades, o que se notou na história brasileira foi o predomínio constante do poder central, caracterizado, inicialmente, pela Coroa e, posteriormente, pelo Estado nacional. Sua compreensão foi de que o fortalecimento do poder local se deveu, única e exclusivamente, as suas restrições geográficas.

Esta configuração – de certa forma descentralizada - pode ser datada já do início da colonização, desde as capitanias hereditárias até os grandes centros urbanos, todos sempre dependentes do consentimento e ratificação do Estado. Apresentavam-se, nestas estruturas, formas de autonomia social, mas nunca jurídica ou política. Desta forma, Faoro contrapõe a interpretação marxista ortodoxa com a afirmação de que esses núcleos locais não configuraram, em momento algum, uma sociedade feudal ou semifeudal, pois já em Portugal não existiu feudalismo:

Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistente, obstinadamente persistente. Na sua falta, o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras de comando. Dominante o patrimonialismo, uma ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionários, tomará relevo a expressão. (FAORO, 1996, vol. 1, p. 17 e 18)

Ao caracterizar o sistema feudal, Faoro afasta-o da compreensão da sociedade brasileira, delineando seus vínculos entre soberano e súdito como distintos dos presentes em uma relação feudal. Desta forma, o autor dirige a atenção de sua análise ao funcionamento do sistema político, em detrimento da compreensão da sociedade brasileira sob a égide da luta de classes, como se fez no marxismo. O que fez com que Faoro fosse, por vezes, criticado por uma visão a-histórica – a despeito de sua tese ter como base um grande apoio histórico – foi

¹⁴ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

justamente sua percepção de que, apesar de todas as transformações pelas quais o Brasil passou, sua estrutura político-social fundamentada no estamento burocrático como detentor do poder resistiu ao longo dos anos. A história servia, assim, para entender a gênese de uma estrutura que não se altera. Nesse aspecto, Faoro se afasta da essência weberiana, pois

Para Weber, ao contrário, estudar a história não servia somente para identificar a origem de determinados conceitos, mas sobretudo para entender como diferentes sociedades e grupos humanos buscam seus caminhos (...). (SCHWARTZMAN, 2003, p. 213)

Em que pese o fato de sua segunda edição ter sido lançada em pleno período de uma política autoritária no Brasil, *Os Donos do Poder* foi e continua a ser um importante balizador nas análises contemporâneas da sociedade brasileira. Os obstáculos enfrentados, atualmente, pelo país podem não possuir mais a mesma feição, ilustrada pelo poder absoluto do estamento burocrático faoriano, mas, sem dúvida, o poder continua tendo donos que não emanam do povo. Sucede que, nos dias atuais, alguns dos cargos de maior relevância no quadro governamental têm sido almejados e efetivamente ocupados por um novo grupo de dirigentes, antigos protagonistas do setor privado – executivos de organizações internacionais ou de empresas transnacionais, funcionários de grandes instituições bancárias – o que demonstra, talvez, uma reformulação do corpo dominante estatal. Resta, contudo, perseverar junto à Faoro no combate ao elitismo político e à concentração do poder nas mãos desta pequena, mas obstinada, camada estamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as estruturas sociopolíticas responsáveis pela construção de um Estado nacional, especialmente o brasileiro, não é tarefa simples. Uma infinidade de autores aventurou-se nesta missão, em busca de resultados que pudessem reafirmar ou mesmo refutar suas teorias, identificando as principais relações de causalidade no funcionamento desta sociedade. Nesse sentido, Raymundo Faoro teve legítimo sucesso, reconhecido tanto no meio acadêmico quanto popularmente como um dos grandes intérpretes brasileiros do século XX.

Pela análise da obra *Os Donos do Poder*, compreende-se que, ao longo de um período de mais de 500 anos, o Brasil experimentou as mais diversas transformações estruturais, passando de colônia a Reino, de Reino a Império, de Império a República. Contudo, a grande ênfase de Faoro é, justamente, na identificação de uma estrutura que foi capaz de resistir à todas essas transformações, reformando-se a cada novo ciclo, mas sempre encerrada a seus próprios moldes: o estamento burocrático. Esta casta dirigente do Estado foi responsável, ao longo de toda a história brasileira, pela manutenção de uma sólida lacuna entre povo e governo, que, até os dias de hoje, aponta resquícios nas relações das mais diversas naturezas.

Assim, esta contribuição analítica buscou, ao longo de seu desenvolvimento, esclarecer a visão de Faoro sobre esta configuração sistêmica brasileira. Ao longo do segundo capítulo, mostrou-se a origem das estruturas institucionais que permeiam a obra analisada, na tentativa de clarificar os elementos fundamentais na formação do patronato político brasileiro. Nesse capítulo, adicionalmente, buscou-se uma releitura da obra que pudesse pontuar, especificamente, os aspectos de maior relevância em *Os Donos do Poder*, ao longo de seis breves subseções intituladas segundo as mais significativas rupturas conjunturais da história brasileira.

No capítulo seguinte, buscou-se uma relativização da interpretação de Faoro, através do resgate de diversos comentaristas acerca de sua obra e da sociedade brasileira. Na tentativa de criar um diálogo com o autor, foram abordados diversos contrapontos que pudessem esclarecer, com maior propriedade, as diferentes visões sobre a formação sociopolítica brasileira. Por fim, em uma breve contribuição crítica própria, buscou-se examinar os motivos da atualidade da obra e

sua relevância nos cenários acadêmico e popular, tendo em vista o grande peso que a obra representa nas mais diversas áreas de estudo. Assim, de um modo geral, esta pesquisa buscou analisar o Brasil aos olhos de Raymundo Faoro, flexibilizando suas argumentações com as de alguns outros de seus críticos, para que se pudesse atingir uma maior completude interpretativa.

Pôde-se observar, desse modo, que o grande sentido de *Os Donos do Poder* foi demonstrar a essência política do corpo estatal e a forma com que as estruturas de dominação desse corpo puderam transformar e preservar, ao longo de toda a história do Brasil, as características de dominação de suas estruturas. O que resta, para o futuro, é uma incessante busca pelo fim desta configuração dominial – uma busca que pudesse, pela primeira vez, remover os obstáculos existentes entre o governo e o povo, entre o Estado e a sociedade e, principalmente, entre o poder e a nação.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR FILHO, Hélio Afonso de. Faoro, Weber e a articulação das dimensões da realidade social na explicação do atraso brasileiro. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 13, nº 27, p. 37 a 55, mai./ago. de 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n27p37/27806>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- AREND, Marcelo. Atraso via modernização cultural: uma leitura evolucionista das obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado. **Revista Economia**, Rio Grande do Sul, vol. 9, nº 3, p. 651 a 681, set./dez. de 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n3p651_681.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- BOSI, Alfredo. Raymundo Faoro leitões de Machado de Assis. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 18, nº 51, p. 355 a 376, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10018>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº 28, p. 9 a 30, 2007. Disponível em: <www.uece.br/cev/index.php/arquivos/doc_download/65-texto1>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 1, p. 153 a 193, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- CARREIRA, Antonio. **As companhias pombalinas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- COELHO, António Borges. **A revolução de 1383**: tentativas de caracterização. 3ª ed. Lisboa: Serra Nova, 1977.
- COMPARATO, Fábio Konder. Faoro historiados. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 17, nº 48, p. 331 a 337, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200024>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- DIANA, Marcelo. Sobre os donos do poder, de Raymundo Faoro. **Revista de poesia e crítica literária**, Rio de Janeiro, nº 16, p. 1 a 4, out. 2010. Disponível em: <<http://sibila.com.br/cultura/sobre-os-donos-do-poder-de-raymundo-faoro/4039>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10ª ed. Vol. 1. São Paulo: Globo, 1996.
- _____. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 11ª ed. Vol. 2. São Paulo: Globo, 1995.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; TAVARES, Paulino Varela. Estamento burocrático e intencionalidade: Raymundo Faoro, Florestan Fernandes. **Revista de Economia Política e História Econômica**, Rio Grande do Sul, nº 16, p. 56 a 74, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/publications/estamento-burocr%C3%A1tico-e-intencionalidade-raymundo-faoro-florestan-fernande>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

HELVÉTIUS, Claude-Adrien. Do espírito. Coleção **Os Pensadores**, vol. XXVI. Trad. Nelson Aguilar. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 175-328.

IPEA. Encilhamento: crise financeira e República. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 8, ed. 65, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2490:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 23 nov. 2016.

LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias. Os donos do poder: sobre a origem da nação brasileira. **Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História**, Minas Gerais, vol. 5, nº 2, p. 34 a 45, mai./ago. de 2013. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/10p34.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PALÁCIO DO PLANALTO. Acervo de galeria de presidentes. **Portal do Planalto**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PRESTES, Luís Carlos. In: Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010.

REZENDE, Maria José de. O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade. **Revista Ensaios Fundação de Economia e Estatística Siegfried**, Porto Alegre, vol. 27, nº 1, p. 207 a 232, maio de 2006.

_____. A história da democracia ainda não começou no Brasil, afirmava o jurista Raymundo Faoro no início da década de 2000. **Nômadias: revista crítica de Ciências Sociais y Jurídicas**, Madrid, vol. 24, nº 4, p. 329 a 342, dez. de 2009. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/cps/15786730/articulos/NOMA0909440329A.PDF>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

SANTOS JÚNIOR, Jair dos. As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de os donos do poder. 2001. 158 fls. **Dissertação** – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000214688>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 3, p. 207 a 213, 2003. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/faoro.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

WEBER, Max. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária. São Paulo: Nova Cultural, 1997.